



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MACEDO DE CAVALEIROS

ATA N.º 2/2015

-----**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, DE VINTE E NOVE DE ABRIL DE DOIS MIL E QUINZE, REALIZADA NO AUDITÓRIO DO CENTRO CULTURAL DE MACEDO DE CAVALEIROS**-----

-----**PRESIDENTE – ANTÓNIO DOS SANTOS PIRES AFONSO**-----

-----**1º SECRETÁRIO – JOSÉ ANTÓNIO DA SILVA MADALENA**-----

-----**2º SECRETÁRIO – CLEMENTINA AUGUSTA MARÇAL GEMELGO**-----

-----Eram dezoito horas, quando o Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, após verificar a existência de quórum, declarou aberta a reunião, dando de imediato conhecimento dos pedidos de substituição dos Deputados Municipais: Maria Inácia Rosa e Paulo Duarte da Silva Dias, que foram substituídos pelos senhores: Jorge Elias Venceslau Artilheiro e Carlos Alberto Souto Pedro.-----

-----O Deputado Municipal, Benjamim do Nascimento Pereira Rodrigues, pediu a sua substituição, tendo sido substituído por Joana Rita Anes Tiago Sarmento, que, em face do seu impedimento, também solicitou substituição, tendo sido substituída por João Manuel Gradíssimo Rocha.-----

-----A Deputada Municipal, Helena Isabel Pires Seabra, pediu a sua substituição, tendo sido substituída por Carla Margarida da Costa Palhau. No entanto, em face do seu impedimento, foi substituída por Maria Inácia Ferreirinha que também solicitou a sua substituição e foi substituída por Fernando Humberto Gomes.-----

-----O Presidente da Junta de Freguesia de Peredo, pela impossibilidade de estar presente na sessão desta Assembleia Municipal, fez-se substituir pela Secretária da Junta, Deolinda Conceição Ferreira Morais.-----

-----O Presidente da Junta de Freguesia de Cortiços, pela impossibilidade de estar presente na sessão desta Assembleia Municipal, fez-se substituir pelo Secretário da Junta, José Miguel Príncipe Faria Mascarenhas.-----

-----O Presidente da Junta de Freguesia de Olmos, pela impossibilidade de estar presente na sessão desta Assembleia Municipal, fez-se substituir pela Tesoureira da Junta, Ana Lúcia Ventura Fernandes.-----

-----Verificada a lista das presenças, dela constavam 61 Deputados Municipais: António dos Santos Pires Afonso, Celina da Conceição de Sá Martins, José António da Silva Madalena, Clementina Augusta Marçal Gemelgo, Luís Manuel de Oliveira Miranda Pereira, Maria Adelaide Alves Gonçalves Baptista, Luís Manuel Dias Gonçalves, Luís Adelino Batista, Maria Helena Lopes Gonçalves, João Manuel Alves Borges, Ana Rita Simão Rodrigues, Manuel António Machado Carvalho, Alberto Manuel Pinela Salgado, Isabel Maria Vaz Mesquita da Costa, Pedro Fernando Reis Mascarenhas, Carlos Manuel Rodrigues Carneiro, Telma de Fátima

Atalão Roma, Francisco José Correia, Manuel Luís Gomes Vaz, Maria Inês Falcão Bárrios, Maria José Alves de Lima, Halesitino Ernesto Gomes Pimentel, Adalberto do Nascimento Fernandes, Susana Alexandra Esteves Viana, Manuel Alberto Rodrigues, Manuel Alberto Morais Brás, Carlos Alberto Camelo, Carlos Alberto Souto Pedro, Jorge Elias Venceslau Artilheiro, João Manuel Gradíssimo Rocha, Fernando Humberto Gomes, Humberto José Trovisco, Luís Carlos Teixeira Rodrigues, Armando Luís Fernandes Carrazedo, José António Génio, José Miguel Príncipe Faria Mascarenhas, Eduardo João Martins Pereira, Manuel André Pires Morais, Simão Augusto Ventura Ferreirinha, Cláudia Sofia Quirino Chamusca, Isilda da Conceição Honrado, Leonardo do Nascimento Morais Vila Franca, Armindo Caseiro Cepeda, Edgar Manuel Rodrigues Fragoso, Mário Filipe Borges Teles, Ana Lúcia Ventura Fernandes, Deolinda Conceição Ferreira Morais, Marco Aurélio Pinto Ferreira, Gilberto Amadeu Pires, Inácio de Jesus Roma, António Sérgio da Silva Botelho, Helena Isabel Basaloco Sapage, Rui Manuel Cosme Santos, Manuel António de Sá Mico, Maria Delfina Guiomar Sarmento, Manuel António Pinto dos Santos, António Miguel Vinhas Romão, Carlos Alberto Brás Cabanas Justo, David da Silva Martins, João Manuel Rodrigues Alves e Jorge Orlando Pires Asseiro.-----

-----O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** deu conhecimento de toda a correspondência recebida até esta data na Assembleia Municipal, colocando-a à disposição de quem a pretendesse consultar. -----

-----Posto isto, indagou os presentes, no sentido de alguém querer intervir relativamente, à ata da sessão ordinária do dia 23 de Fevereiro de 2015-----

-----Não havendo quem pretendesse usar da palavra, esta foi, posteriormente posta à votação, tendo sido aprovada por maioria com 58 votos a favor e 3 abstenções.-----

-----Neste momento o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** disse que Macedo está em festa porque deve fazer sempre festa quando está em festa um dos seus cidadãos e neste caso, como é do conhecimento de muitos, o Sr. Alfredo Castanheira Pinto, Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Macedo de Cavaleiros, foi condecorado pelo Sr. Presidente da República, tendo de seguida lido o seguinte texto: “ *Na manhã de hoje, o Sr. Presidente da República atribuiu a Comenda de Mérito ao nosso conterrâneo, Alfredo Augusto Castanheira Pinto, Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Macedo de Cavaleiros. Damos os parabéns ao novo Comendador e deixamos uma palavra de reconhecimento pelos serviços que tem vindo a prestar no concelho de Macedo de Cavaleiros e na Região, especialmente nas áreas da saúde e da segurança social. Esta condecoração surge depois de ter recebido a Medalha Municipal de Mérito, grau ouro, do nosso Município e do prémio Nunes Verdasco Faria, recentemente atribuído pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Socorro-me de Bertold Brecht para vos dizer que, “Há homens que lutam um dia e são bons; Há outros que lutam um ano e são melhores; Há os que lutam muitos anos e são muito bons, mas, há os que lutam toda a vida e esses são imprescindíveis”. Como forma de nos associarmos a esta iniciativa que reconheceu o trabalho de um ilustre macedense, convido-vos a todas a acompanhar-me numa forte aclamação de parabéns e de agradecimento.*”-----

-----**Este convite foi aceite unanimemente por toda a Assembleia Municipal, tendo**



todos os presentes de imediato, em pé, feito uma forte aclamação com uma grande salva de palmas.-----

-----**PONTO 1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----*(Artigo 52.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro)*-----

-----**Abertas as inscrições, usaram da palavra:**-----

-----**PEDRO FERNANDO REIS MASCARENHAS (PS)** – Começou por reafirmar as felicitações pela sua parte e pela parte do PS, ao Sr. Alfredo Augusto Castanheira Pinto, por tão honrosa distinção e de certa forma também tardia, pois já merecia ter sido distinguido há mais tempo.-----

-----Ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, disse que tal como já lhe tinha dito no momento oportuno, desta vez não iria criticá-lo relativamente às comemorações do 25 de Abril, antes pelo contrário, pretende felicitá-lo pelo seu discurso pois ficou até um pouco surpreendido com o que ouviu, tendo vindo a perceber logo que tomou conhecimento que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal havia pedido aos elementos da Comissão Permanente um contributo para o seu discurso. Constatando terem sido vertidos na íntegra, neste discurso, os contributos que lhe foram dados. Disse-lhe que considera isto, uma atitude intelectual e politicamente honesta por isso o felicita. Como o felicita também pelo decorrer do resto das comemorações, pela forma como decorreu o dia, tendo permitido que os membros desta Assembleia Municipal pudessem confraternizar durante o dia 25 de Abril.-----

-----Quanto ao discurso do Sr. Presidente da Câmara Municipal e pedindo desculpa por falar nisto mas foi o Sr. Presidente que no seu discurso falou e deu o exemplo da sua filha que tem saudades da terra e de casa quando está fora. É natural e normal que assim seja, mas o Sr. Presidente da Câmara também podia lembrar-se daqueles que também são filhos de macedenses e que também estão fora não a estudar, mas a trabalhar e também têm certamente saudades da sua terra e poucas vezes cá podem vir. Mas o problema é que embora estes jovens também tenham saudades da sua terra, começam a ver a terra como um local para vir só de vez em quando porque têm cá os pais.-----

-----Em nome do Partido Socialista deu, nesta Assembleia, as boas-vindas ao novo Vereador da Câmara Municipal, José Luís Afonso, felicitá-lo e desejar-lhe felicidades para o seu trabalho. Lamenta porém, o motivo pelo qual este Vereador assume as funções de Vereador. Motivo esse, que como todos sabem, se prende com a renúncia ao mandato da Sr.ª Vereadora, Maria Helena Rodrigues Magalhães. Esta Vereadora fez parte de uma equipa liderada pelo Sr. Presidente da Câmara, Dr. Duarte Moreno, que foram a eleições. Tendo essa equipa sido eleita, porque teve a maior parte dos votos. Acha que o Sr. Presidente da Câmara tinha a obrigação de, perante os seus eleitores e todos munícipes de Macedo, não só aos que votaram nele, mas a todos, lhes dar uma satisfação e de lhes explicar o porquê da renúncia da Sr.ª Vereadora. Entende que este é um assunto demasiadamente grave para que se passe por cima dele como se nada fosse. De seguida leu algumas frases da carta do pedido de renúncia ao mandato que a Sr.ª Vereadora enviou ao Sr. Presidente da Câmara: “...*candidatei-me com o firme propósito de olhar para o nosso concelho com espírito crítico e positivo trabalhando em*-----

prol do município com a alegria de ser macedense, sem entrar em querelas nem disputas político-partidárias, asseverando trabalho, dedicação e compromisso com a construção de espaços éticos, cívicos e educativos...” e a parte mais importante vem a seguir quando a Sr.ª Vereadora diz: “...Neste momento não estão reunidas as condições para poder continuar a desempenhar as minhas funções com a isenção, verticalidade e o profissionalismo que reclamo, com total respeito pelos meus valores éticos e morais, a minha frontalidade e transparência, a coerência entre os princípios que defendo e a minha conduta...”-----

-----Continuou referindo que nesta frase, “a falta de condições para a isenção a verticalidade dos valores éticos e os valores morais”, isto é grave pois mesmo querendo ser “soft”, a Senhora ex-Vereadora disse tudo. Estas acusações são graves e gostaria que o Sr. Presidente lhes explicasse o porquê disto, o porquê destas acusações e também qual é a reação do Sr. Presidente e o seu comentário a tudo isto. Terminou reiterando a pergunta: o que falta dentro da Câmara Municipal para que os Vereadores possam trabalhar com a isenção, com a verticalidade e com valores éticos e morais?-----

-----**FRANCISCO JOSÉ CORREIA (PSD)** – Fez a intervenção que a seguir se transcreve: “*A flor da Democracia desabrocha, espontaneamente, em qualquer sítio, de qualquer maneira, a qualquer momento. Basta, para tanto, que o convívio, a amizade, a espontaneidade se sobreponham ao quotidiano espartilho dialético do debate político que intrinsecamente o enforma. Afinal, mais do que dividir, une-nos, visceralmente, a macedofilia (perdoem-me o neologismo), o amor a esta terra, onde amanhecemos, onde, paulatinamente, vamos entardecendo em reverberações modestas, as quais, muito embora varridas de magnificência balofa, prenas são de significado genuinamente democrático. Na verdade esta filosofia norteou o executivo nas comemorações do passado 25 de Abril, procurando reconduzir aos dados essenciais do ideal democrático, um estilo de prática coletiva cujo mecanismo pode e deve ser conhecido por cada um, já que, decididamente, o seu perfeito funcionamento supõe a adesão inteligente de todos. Tal se concretizou e ganhou foros de magia com a visita ao Geoparque. De facto, naquele autocarro viajaram a sã camaradagem, o profícuo confronto de ideias, o geográfico magnetismo desta terra, que é nossa e para a qual a mãe natureza foi especialmente generosa na sua inesgotável fenomenologia telúrica. Com efeito, em cada pedra palpita ainda o latejar diacrónico da terra-mãe, bem como nela ficou explícita e eternamente plasmado um passado de rememorações em permanente circularidade. Com esta visita procurou o executivo mostrar que a sua mundividência não se coaduna, de modo algum, com o lusco-fusco do imobiliário, da inação calada, do comodismo instalado, da interioridade abúlica, da desertificação inexorável. Bem pelo contrário, o seu escopo foi, é e sempre será, ora o despertar oportuno de um Macedo sonâmbulo, ora a reconciliação definitiva com a sua essência e existência, mediante o anúncio profuso e claro do advento de uma nova era e, conseqüentemente, de uma Nova Terra de Cavaleiros. Anulando uma estéril apatia, o Executivo está firmemente convicto de que a inexorabilidade das desgraças humanas é sempre superada pela ousadia pertinaz da Mística Transmontana. Em suma, Comemoração do Dia da Liberdade. Liberdade pragmática e afetiva nas palavras proferidas. Lídima epifania de*



sentimentos partilhados. Diáfana revelação do ventre pétreo duma terra, que nos moldou o ser, nos esculpiu a alma num rijo, fervoroso e definitivo amplexo. Gesto sincero de divergência convergente. Enfim, grito endémico de um povo nobre, que come o pão com o suor do seu rosto. Talvez o grito destes pequenos, grandes gestos logrem curar e, paradoxalmente, confundir a surdez megalómana daqueles que para si reivindicam a Revolução de Abril, nomeadamente os autoproclamados políticos Lisboetas topo de gama. Talvez eles reconheçam, de uma vez por todas, que, com esta sinceridade de atitudes, o Povo anónimo continua a fazer desabrochar, cada ano, cravos vermelhos no cano das espingardas, mormente nas "Terras de Cavaleiros. Bem-haja Sr. Presidente da Câmara e equipa organizadora das Comemorações."-----

-----**JOÃO MANUEL GRADISSIMO ROCHA (PS)** – Disse que o objetivo da sua intervenção de hoje, nesta Assembleia Municipal, visa questionar algumas situações que estão no terreno. A primeira situação tem a ver com as obras de regulação do trânsito que estão a decorrer em Macedo, pois bem perto deste Centro Cultural está em execução a construção de uma rotunda que, que já está meio feita e que não é para todos, é só para alguns seguindo a política deste Executivo, porque se trata de um elemento regulador do trânsito que devia servir para regular a velocidade e a distribuição do trânsito e aquela obra megalómana que estão lá a fazer só serve 50% do trânsito que lá passar, que é a rotunda em frente à Igreja, que nos manuais mais básicos de vias de comunicação, as soluções para aquele tipo de intervenções não passam por aquilo que lá está, pois se lá estiverem desenhadas têm de certeza absoluta uma cruz vermelha por cima porque é uma solução a não adotar. Aquilo é pura e simplesmente um cruzamento e está bem próximo do local a solução de caderno e de manual para aquelas soluções que é a entrada para a Rua dos Merouços que tem uma rotunda completamente descentrada, só que a entrada para a Rua referida está correta com os elementos geométricos e definidores de trânsito, nunca uma solução daquelas, e pensa que ainda vão a tempo de corrigir parte do problema. Ainda dentro do contexto das obras de regulação de trânsito e de reformulação há umas obras a decorrer na Avenida Ilha do Sal, em termos de reorganização e reformulação dos cruzamentos existentes. É uma solução, pois são cruzamentos que não estariam devidamente sinalizados e poderiam causar algum constrangimento e algumas situações menos boas no trânsito. É uma solução, impedir o cruzamento e obrigar o trânsito a circular e a contornar o separador central. Só falta uma coisa, porque a obra está praticamente concluída e não há passadeiras e o peão para atravessar para o outro lado se for cumprir as regras de trânsito terá de se deslocar a uma das rotundas (no início e no fim da Avenida) para poder atravessar na passadeira.-----

-----Disse também que na Assembleia Municipal de Fevereiro tinha alertado o Sr. Presidente da Câmara relativamente ao estado dos caixotes do lixo nas ruas de Macedo e hoje, embora lhe custe vai ter que falar novamente no mesmo assunto porque existem situações de muito mau gosto, aquando da recolha do lixo. O Sr. Presidente da Câmara respondeu-lhe que não sabia mas depois confirmou que tinha conhecimento de algumas situações e para seu espanto passado todo este tempo, entre a anterior Assembleia e esta, a

situação mantém-se precisamente na mesma e das duas uma, ou o Sr. Presidente se esqueceu de dizer alguma coisa a alguém ou então se disse fazem aquilo que costumam fazer, como o Sr. Presidente já uma vez lhe disse, que é difícil mandar em alguém. Relativamente a isto, das duas uma, ou a ordem que é dada não é exequível ou então o funcionário precisa de um puxão de orelhas e aqui o Sr. Presidente tem de escolher, porque é muito mau continuar a ver o que está a acontecer nos caixotes do lixo, nomeadamente nos que estão enterrados, porque lhe falta a tampa e as pessoas só metem o lixo nesse, pois não estão para abrir a outra e quando os vão esvaziar caem as coisas para o chão e lá ficam.-----

-----Outra questão que entende pertinente abordar aqui tem a ver com a Feira de S. Pedro que já deu direito a um filme lamentável por tudo quando se disse e ouviu na rua, pois deixaram trazer para a rua e andar na lama o nome de uma Instituição e o nome de Macedo. Isto não deveria acontecer, mas, aconteceu. Os últimos dados relativamente a esta questão dizem respeito à constituição de uma Comissão para a realização das Festas e Feira, composta por 9 elementos, que pressupõe tenham sido escolhidos de acordo com a bondade que têm dentro da sociedade Macedense, e não quer pensar de outra forma, mas iria questionar diretamente o Sr. Presidente da Câmara sobre as atribuições dessa Comissão, qual a responsabilidade da Câmara e dessa Comissão e no meio disto tudo com fica o papel da Associação Comercial que até agora e durante mais de 20 anos foi quem teve em mãos a realização da Feira. Questionou ainda qual a legitimidade desta Comissão.-----

-----**HALESTINO ERNESTO GOMES PIMENTEL (PSD)** – Fez a intervenção que a seguir se transcreve: *“Parece-me transparente e essencial que os representantes desta Assembleia deem conhecimento das evoluções e respetivos pontos de situação das comissões a que pertencem, esclarecendo assim todos os membros desta Assembleia e todos os munícipes relativamente às áreas nas quais lhe foram delegadas responsabilidades. Referi em tempos neste órgão que enquanto estivesse nesta Assembleia estaria com verdade e com sentido de responsabilidade e, em sequência, solicitei a palavra na qualidade de anterior representante da Assembleia Municipal na Comissão de Acompanhamento de Revisão do Plano Diretor Municipal de Macedo de Cavaleiros. Refiro anterior representante da Comissão de Acompanhamento porque decorreu no passado dia 24 de Fevereiro, um dia depois da última Assembleia Municipal portanto, a última reunião Plenária para aprovação do parecer final da Comissão de Acompanhamento tendo no final da reunião sido extinta a própria Comissão de Acompanhamento porque felizmente foi aprovado o parecer final. Assim, e porque a maior parte não saberá o que é um processo de revisão de um PDM, gostaria de começar por fazer a sistematização da tramitação dos processos de Revisão dos Planos Diretores Municipais (PDM): Um processo de revisão do PDM pode, desde 2011, subdividir-se em 7 fases:-----*
-----Fase 1: Deliberação, em que a Câmara Municipal delibera promover o processo da revisão do PDM e comunica essa decisão à CCDRN (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte); Fase 2: Elaboração do Plano e Acompanhamento (fase mais crítica) em que o Presidente da CCDRN constitui a CA, por Despacho e após designação dos representantes das diversas entidades envolvidas decorrem as diversas reuniões



plenárias, a elaboração dos estudos de caracterização e diagnóstico, os estudos temáticos sectoriais, o quadro prévio de ordenamento, o desenvolvimento dos trabalhos necessários à delimitação da REN e RAN brutas assim como as reuniões sectoriais da CA que venham a ser entendidas como necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos por parte da Câmara Municipal, culminando com o Parecer Final da CA a ser remetido pela CCDRN à Câmara Municipal; Fase 3: Concertação Final, em que a Câmara Municipal pode promover reuniões de concertação com as entidades da CA que formalmente discordaram das soluções do futuro plano; Fase 4: Discussão Pública, que no nosso concelho já decorreu entre 25 de Março e 23 de abril; Fase 5: Versão Final do Plano e parecer final da CCDRN em que a Câmara Municipal elabora versão final da Proposta de Plano que remete à CCDRN emitindo esta Parecer Final que envia à Câmara Municipal e Assembleia Municipal; Fase 6: Aprovação - A Câmara Municipal envia a Proposta Final do Plano à Assembleia Municipal; caberá a esta Assembleia na data em que for chamada a votar a aprovação do PDM não permitir que depois de mais de uma década, todo o trabalho feito possa ser desperdiçado; Fase 7: Ratificação, Publicação e Depósito, em que a Câmara Municipal envia uma coleção completa do processo de revisão do PDM à CCDRN e se dá a publicação do PDM revisto no DR, e divulgação do PDM na Internet, no boletim municipal, bem como em dois jornais diários e num semanário de grande expansão nacional.-----

-----Afinal, porque é que com todos os passos de revisão de um PDM tão bem definidos, o processo de revisão do PDM de Macedo de Cavaleiros (e já agora de outros municípios) tem demorado tanto?-----

-----As constantes alterações legislativas, com novas obrigações e obrigando a adaptar trabalho já realizado às novas exigências legais e regulamentares; A transição do analógico para o digital, nomeadamente no que diz respeito às condicionantes da Reserva Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional; no caso particular da RAN, estamos a falar de 2 técnicos para toda a região Norte (cerca de 80 locais); O atual técnico da CCDRN responsável pelo acompanhamento do processo é já o 3º tendo-se aposentado os 2 técnicos anteriores; com a anterior técnica, os processos de delimitação da Reserva Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional brutas estavam praticamente resolvidos; Como exemplo do último processo negocial de delimitação da Reserva Agrícola Nacional, falamos de 70 a 80 pedidos de desclassificação, 15 deles não tendo sido aceites com as consequentes condicionantes no fecho e execução de todos os planos paralelos, traduzindo-se este processo num espaço temporal de quase 3 anos; A equipa que estava a fazer o Plano passou a ter apenas uma pessoa a dar acompanhamento aos planos, tendo depois o processo sido entregue a outra empresa.-----

-----Permitam-me ainda que refira as entidades ou serviços envolvidas Comissão de Acompanhamento da revisão do PDM de Macedo de Cavaleiros:-----

-----1 - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, a qual preside; 2- Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros; 3- Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros; 4 - Câmara Municipal de Alfândega da Fé; 5 - Câmara Municipal de Bragança; 6 -

Câmara Municipal de Mirandela; 7 - Câmara Municipal de Mogadouro; 8 - Câmara Municipal de Vimioso; 9 - Câmara Municipal de Vinhais; 10 - Administração da Região Hidrográfica do Norte; 11 - Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P.; 12 - Autoridade Nacional de Proteção Civil; 13 - Direcção-Geral de Energia e Geologia; 14 - Direcção Regional de Economia do Norte; 15 - Direcção Regional de Recursos Florestais do Norte; 16 - Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte; 17 - Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural; 18 - Turismo de Portugal, S. A.; 19 - EP — Estradas de Portugal, E. P. E. (Direcção de Estradas de Bragança); 20 - Instituto de Infraestruturas Rodoviárias, I. P.; 21 - Instituto Nacional de Aviação Civil; 22 - Direcção Regional de Educação do Norte; 23 - Direcção Regional da Cultura do Norte; 24 - Administração Regional de Saúde do Norte, I. P.; 25 - ANACOM — Autoridade Nacional de Comunicações; 26 - Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I. P.; 27 - REN — Rede Eléctrica Nacional; 28 - REFER — Rede Ferroviária Nacional; 29 - Instituto Geográfico Português.-----

-----Sem dúvida, uma grande panóplia de entidades e uma grande dificuldade para a obtenção de sucesso negocial nalgumas questões mais críticas! A responsabilidade pela demora na resolução destes processos é muitas vezes imputada aos autarcas quando, mais do que culpados, são vítimas do peso e da ineficácia da máquina do Estado nunca combatida mas antes alimentada ao longo de muitos anos por diversos governos desta República.”-----

*-----***MANUEL ANTÓNIO DE SÁ MICO (PS)** – Disse que hoje era seu propósito dar os parabéns pelas Cerimónias das Comemorações do 25 de Abril, na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, pois este ano foi feito um trabalho diferente que no seu entender correu bem. Aproveitou para deixar um reparo aos Srs. Presidentes de Junta de Freguesia pela não comparência de cerca de 90% destes nas referidas Cerimónias, o mesmo acontecendo com os Deputados Municipais que em termos de ausência rondará a mesma percentagem que os Presidentes de Junta. Disse ainda que era de lamentar pois passaram 41 anos e as pessoas parece que se desligaram completamente.-----

*-----*De seguida questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre o que tenciona fazer com as instalações do PIAGET e pelos Macedenses relativamente ao ensino. Sabe que não é fácil mas se já tiver alguma resposta agradecia que lha desse, pois o Piaget foi em tempos o motor de desenvolvimento para Macedo que caiu quando o Piaget caiu também e era necessário arranjar alguma solução para contrariar esta situação. Propôs também que fosse criado um Gabinete para apoiar as Freguesias no âmbito do Quadro 2020 para ajudar na elaboração das Candidaturas. Felicitou ainda o Sr. Alfredo Augusto Castanheira Pinto pela honrosa distinção que lhe foi atribuída pelo Sr. Presidente da República e também deu as boas-vindas ao Sr. Vereador José Luís Gonçalves Tomé Afonso, desejando-lhe que tenha um bom mandato.-----

*-----***LUÍS MANUEL DIAS GONÇALVES (PSD)** – Fez a seguinte intervenção: “ *No seguimento do que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal inicialmente nos transmitiu de felicitar o Sr. Alfredo Augusto Castanheira Pinto pela distinção que hoje teve. Queria felicitar também o novo Vereador e desejar-lhe todos os sucessos e dizer-lhe também que os seus sucessos são os sucessos de Macedo e dos macedenses e estamos certos que vai conseguir*



desempenhar o lugar de forma brilhante. O PSD congratula-se também com a constituição da Comissão da Organização da Feira de S. Pedro e Festas da Cidade que incorpora o sentimento expresso no documento que foi emanado por esta Assembleia. Queria também dar os parabéns ao Executivo, por de uma forma definitiva assumir que as Festas de S. Pedro são de facto as Festas da Cidade. Solicitamos a esta Comissão, a quem reconhecemos as competências necessárias que organize com a necessária elevação umas Festas dignas para Macedo e para todos os macedenses. Estamos certos que todos os macedenses, sem exceção, vão ser verdadeiros agentes ativos neste processo, valorizando, divulgando e participando na Festa e nas suas várias vertentes. Todos somos poucos para contribuir para que esta semana seja novamente um ponto alto do nosso concelho e certamente do interior do País. Com o real empenho de todos estou certo que vamos conseguir uma grande Feira e uma rica Festa.”-----

-----**CARLOS ALBERTO CAMELO (PS)** – Começou por agradecer e dar os parabéns pelas Comemorações do 25 de Abril por terem sido uma comemoração diferente, com um passeio muito agradável. No entanto queria salientar alguns aspetos e o primeiro tem a ver com o discurso do Sr. Presidente da Câmara. Um discurso que na sua perspetiva, foi para não se comprometer e aquilo que falou em relação àquilo que era o sentimento da sua filha, aproveitou para dizer que também ele tem filhos e que têm um sentimento muito parecido e que é muito agradável ouvirem dizer que é bom viver em Macedo de Cavaleiros e o Sr. Presidente salientou isso mesmo, que ficava lisonjeado pela sua filha receber por parte dos colegas essa admiração quando estavam aqui, que realmente se sentiam bem em estar em Macedo de Cavaleiros. Mas isso, é realmente bom para quem passa aqui dois ou três dias e isso é um aspeto positivo pois aqui estão a falar na parte do turismo, mas é preciso pensarem nas pessoas que estão cá e também naquelas que querem que permaneçam. Para isso, pensa que a filha do Sr. Presidente já não terá o mesmo discurso e se calhar provavelmente não vai ter condições para poder ficar em Macedo de Cavaleiros, o mesmo acontecendo com os seus filhos e até com alguns dos que estão presentes nesta Assembleia Municipal e portanto acha que o facto de ser agradável viver em Macedo de Cavaleiros, não é suficiente. Há outras condições necessárias como é o caso da saúde, educação entre outras condições que são necessárias para que se calhar o discurso do Sr. Presidente da Câmara num próximo 25 de Abril possa mudar. Agradeceu também o facto de terem mostrado a esta Assembleia Municipal e outros convidados aquilo que realmente é o Geoparque, disse que pessoalmente, ficou muito agradado pela visita que fizeram a alguns geosítios, lamentando não ter havido mais participação por parte dos membros desta Assembleia pois acha que deviam aderir a este tipo de iniciativas, porque há aqui um aspeto que aliás já salientou e teve oportunidade de o dizer ao Sr. Presidente, pois para podermos dizer bem de uma coisa temos que a conhecer previamente e na sua opinião, a maior parte dos macedenses não conhece verdadeiramente o Geoparque, Terras de Cavaleiros e portanto, esta foi uma oportunidade para os próprios membros da Assembleia Municipal poderem conhecer o que é o Geoparque e à partida poderem dizer o que isto é, a quem eventualmente lhes perguntar. No entanto, também deteve

algumas situações curiosas. Numa das perguntas que já foram feitas em Assembleias anteriores ao Sr. Presidente da Câmara, este disse que os limites do Geoparque eram o próprio concelho de Macedo de Cavaleiros, mas no sítio das descontinuidades que lhes foi apresentado por uma, das excelentes técnicas do Geoparque, que lhes explicaram o que era cada um dos sítios, e no sítio das descontinuidades estavam a olhar no horizonte não para o concelho de Macedo de Cavaleiros mas para o concelho de Mogadouro, e portanto pergunta, será que o Geoparque é maior que os limites do concelho de Macedo de Cavaleiros? É que, se for, terão de ter cuidado porque se calhar podem vir a ser criados outros Geoparques noutros concelhos e por isso acha que à partida devem ter isto também em atenção. Mas, foi agradável e acha que devem existir mais iniciativas destas. Terminou a sua intervenção no que concerne ao geoparque, dizendo que ficou satisfeito por terem um Geoparque com a dimensão que tem, lamentando apenas que não tivessem sido distribuídos panfletos informativos, dado que para alguns dos visitantes, esta foi a primeira vez que contactaram com alguns dos geosítios. Pelo que teria sido proveitosa a distribuição de informação complementar. -----

-----Continuou dizendo que mora na Rua Pereira Charula e que no dia 13 de Março de 2015 avistou alguém a fotografar a entrada do Parque de Estacionamento da Cidade. Depois da tal pessoa ter ido embora detetou que fora colocado um documento numa das palmeiras que ali existe existem. Por curiosidade foi ver o que era o tal documento. Verificou então que o supracitado documento tinha a ver com um processo de insolvência por parte de uma munícipe de Macedo de Cavaleiros e que relatava a situação de colocar em hasta pública parte da massa insolvente que era constituída pelo prédio urbano, sito na Rua Pereira Charula, N.º 15, lugar de Macedo de Cavaleiros e um prédio rústico situado em Lameirão – Macedo de Cavaleiros. O senhor deputado prosseguiu referindo que não conhece os sítios referidos mas, partiu do princípio que isto seria a casa que existia ali na entrada do Parque e confessa que ficou um bocado surpreendido. Continuou dizendo que o valor base de venda era de 300 mil euros e achou que se alguém comprasse aquele terreno poderia por um cadeado e deixarem de ter entrada para o Parque da Cidade, pois o prédio urbano pensa, seria o edifício ali existente e o prédio urbano a área envolvente a essa casa. Assim, questionou o Sr. Presidente da Câmara se lhes podia explicar isto, porque de facto é uma situação um bocado esquisita, pois se está lá uma obra feita pela Autarquia, porque existe uma estrada com acesso a um Parque, como é então possível isto estar numa massa insolvente aberta a propostas.-----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** para responder às questões que lhe foram colocadas, tendo primeiramente transmitido a seguinte mensagem: *“ Hoje comemora-se o Dia Europeu da Solidariedade e Cooperação entre Gerações. Mas não é propriamente o facto em si, de um dia dedicado a causas tão nobres, que aqui me traz. Antes o faço por uma justa homenagem a uma pessoa que vem dedicando a sua vida a essas mesmas causas nobres. Falo do Senhor Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Macedo de Cavaleiros, agraciado, neste dia, pelo Senhor Presidente da República, com a Comenda da Ordem de Mérito. Congratulo-me com esta distinção a uma incontornável figura da nossa terra, detentora de uma abnegação ímpar em*



favor da coletividade, deixando aqui, em nome do Município de Macedo de Cavaleiros, as felicitações por esta condecoração ao Senhor Comendador, Alfredo Augusto Castanheira Pinto.”-----

-----De seguida, respondendo ao Deputado Municipal, **Pedro Mascarenhas**, disse que, de facto, o seu discurso nas Comemorações do 25 de Abril apanhou toda a gente de surpresa e o que fez foi uma analogia, onde integrou todos aqueles que têm os filhos fora de Macedo e fê-lo na pessoa da sua filha que está agora na Faculdade. Comunga também com o que aqui foi dito, no sentido de que é necessário ter emprego no País e também em Macedo de Cavaleiros e que a Câmara está a trabalhar no sentido de conseguir que estes territórios, que são de tão baixa densidade mas com sustentabilidade, atraiam empresas capazes de gerar emprego e também riqueza para este território. Relativamente à renúncia ao mandato da Sr.^a Vereadora, Helena Magalhães, pretende dizer apenas que ela, numa decisão de grande responsabilidade, renunciou ao seu mandato e que as razões da sua renúncia, já haviam sido apresentadas numa missiva que leu numa reunião de Câmara, conforme a própria lhe solicitou. Solicitação à qual acedeu, pois poderia não o ter feito. Prosseguiu informando já ter agradecido pessoalmente à ex-Vereadora, Helena Magalhães, a sua dedicação ao concelho, agradecimento que reitera aqui também publicamente. Referiu que a pessoa em causa deu muito de si a Macedo de Cavaleiros e para ela deseja o melhor na sua vida profissional e pessoal. Concluiu o assunto, advertindo que esta, deveria ser uma decisão respeitada por todos, tal como foram respeitadas as resignações recentes do Sr. Presidente da Câmara de Lisboa e também do Senhor Presidente de Cabeceira de Basto. Recordando ainda que um Sr. Vereador do PS disse numa reunião, que a carta da Sr.^a Vereadora era ambígua e nada acrescentava, pelo que o assunto para ele morreria ali.-----

-----Ao Deputado Municipal, **João Rocha**, disse que as obras de regulação de trânsito e as rotundas foram projetadas por um técnico e foram aprovadas em reunião de Câmara, tendo-se registado apenas um reparo à rotunda mais pequena e que sobre a rotunda maior, ninguém disse nada. Relativamente à suposta falta de passadeiras na Avenida Ilha do Sal, informou que existem lá 4 passadeiras, mas que irão existir ainda mais. Quanto à questão do lixo disse que deu nota da situação a quem de direito mas se a situação continua na mesma, vai falar novamente sobre este assunto para que a mesma seja resolvida. No que diz respeito à Feira de S. Pedro referiu que foi uma proposta sua à Câmara Municipal que foi aprovada com 3 votos a favor, 1 voto contra e 3 abstenções. Esta Comissão é constituída por 3 elementos da Câmara Municipal, 2 elementos da Associação Comercial e Industrial, 2 elementos da AFRECIMAC, e Associações convidadas: o Agrupamento 602 e a Fábrica da Igreja de Macedo de Cavaleiros. Aproveita para dizer que é intenção desta Comissão fazer uma Feira que de modo algum irá envergonhar os macedenses, antes pelo contrário, irá orgulhá-los, pois tencionam trazer muita gente à Feira de S. Pedro, transformando-a em Festas e Feira de S. Pedro. Quanto ao facto do Sr. João Rocha ter dito que a Câmara levou a Associação para a lama, aqui só tem a dizer-lhe que isso não é verdade.-----

-----Relativamente à intervenção do Deputado Municipal, **Halestino Pimentel**, referiu que

este tinha feito aqui uma boa analogia daquilo que é o PDM (Plano Diretor Municipal) e aquilo que são os processos difíceis e o de Macedo irá chegar ao fim no dia 29 do próximo mês de Junho e passará ser um PDM de 2.ª Geração e não de 1.ª Geração como era até à data.-----

-----Ao Presidente da Junta de Freguesia de Vilarinho de Agrochão, **Manuel Mico**, respondeu que o PIAGET fechou não só em Macedo, mas também em Gaia, Almada, Stº André e Viseu, e com isto poderão concluir que o PIAGET está moribundo, em virtude das Universidades Públicas terem propinas de valores mais baixos e com uma formação muito mais atrativa, daí o declínio do Ensino Privado, como é o caso do PIAGET. De facto não podem ter ali aquelas infraestruturas paradas e por isso solicitou uma reunião com o Sr. Presidente da Instituição onde tiveram a oportunidade de conversar sobre o que seria o futuro do PIAGET. Sendo que, o Senhor presidente do Instituto Piaget mantém a vontade de fazer ali, formação. Pela parte da Câmara não houve qualquer objeção, apenas se alertou para que fosse cumprido o estipulado na cláusula constante do acordo de doação que a Assembleia Municipal aprovou em 1984. Quanto à sugestão referente ao Programa 2020, referiu que fica aceite e que relativamente ao LEADER a DESTAQUE está já a constituir uma empresa com o objetivo de ajudar todos os promotores que assim o entendam.-----

-----Ao Deputado Municipal, **Luís Gonçalves**, respondeu que a Comissão vai realizar esta Festa e Feira de S. Pedro e que está convicto, irá ser um bom trabalho que vai orgulhar todos os Macedenses.-----

-----Em resposta ao Deputado Municipal, **Carlos Camelo**, acerca do seu discurso no dia 25 de abril, disse que de facto nos dias de hoje os filhos são cidadãos do mundo, muito embora o que todos os pais gostariam era de os ter sempre junto a si. Sobre a visita que fizeram ao Geoparque no dia 25 de Abril, concorda com o Sr. Deputado quando diz que foi muito agradável e que é um circuito que todas as pessoas do concelho deviam conhecer. Reconheceu a falha de não ter sido facultada informação escrita aos membros da Assembleia Municipal, mas infelizmente a Câmara ainda não dispõe dessa informação uma vez que ainda estão a ser produzidos esses mesmos conteúdos para posteriormente serem disponibilizados a todos os visitantes. Relativamente à questão da Rua Pereira Charula disse que também já lhe tinham dado nota sobre essa situação, mas não sabe se alguém comprou. Informou ainda que a Câmara tinha feito um protocolo para aquisição de parte da casa e parte do terreno também.-

-----**Abertas novamente as inscrições, usaram da palavra:**-----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** passou a ler a moção que deu entrada na Mesa, subscrita pelas bancadas do PSD e do CDS/PP e que a seguir se transcreve: *“A recente aprovação, em Conselho de Ministros de 9 de abril, da criação dos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento do Norte de Portugal, agregando 4 sistemas multimunicipais anteriores e procedendo à fusão das 4 entidades gestoras, constituindo-se a sociedade Águas do Norte, S.A., revela-se uma medida que merece, da nossa parte, uma manifestação de concordância de princípio, no seguimento da posição já tomada em Assembleia Ordinária pela Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes. Consideramos que este processo de reestruturação num setor que gere um bem público essencial é de vital*



importância para a diminuição de assimetrias regionais, ao assegurar uma maior equidade territorial, em simultâneo fomentando a coesão social. De facto, as disparidades tarifárias que resultam das diferentes práticas levadas a cabo pelos sistemas atualmente existentes, conduzem a discrepâncias na venda da água “em alta” (captação e tratamento) que podem atingir, em casos comparativos entre o Litoral e Interior, desigualdades a rondar os 85%. A agregação preconizada pelo diploma em preparação permitirá, gradualmente, uma convergência no sentido de harmonizar as tarifas entre litoral e interior, daí resultando um maior equilíbrio nos défices de exploração municipais, ao mesmo tempo que, paulatinamente, os cidadãos do interior verão reduzida a sua tarifa mensal. Consideramos, ainda, que este processo de reestruturação, ao concentrar, no que respeita à Região Norte, 4 sistemas multimunicipais num só, com a diminuição substancial de custos daí inerente, permite aumentar a eficiência dos sistemas de águas, abrindo a possibilidade para a disponibilização de meios para o investimento em infraestruturas, assegurando-se, desta forma, uma diminuição nos chamados custos da interioridade associados aos territórios de baixa densidade.-----

-----A Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros, reunida em sessão ordinária de 29.04.2015, congratula-se e saúda esta medida que demonstra uma enorme coragem, refletida numa reforma ampla e abrangente que, ao trazer claros benefícios para o Interior, à custa de pequenos sacrifícios para o Litoral, permitirá a consecução de uma mais que justa tarifa única no médio prazo, numa clara contribuição para uma efetiva coesão territorial nacional.”-----

*-----**ADALBERTO DO NASCIMENTO FERNANDES (CDU)** – Apresentou o documento que a seguir se transcreve: “ Sr. Presidente da Câmara Municipal a CDU tem conhecimento que, ao nível da Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes, está em curso um estudo de viabilidade económica e financeira tendo em vista a exploração, a nível intermunicipal, da distribuição de água e saneamento. Sabemos também que este estudo foi encomendado à Resíduos do Nordeste, empresa que concessionou a privados a recolha do lixo com consequências nefastas na qualidade do serviço prestado às populações e o encarecimento das faturas para os municípios. Não deixamos de notar que aqueles que se afirmam como alternativa, nomeadamente o PS, tenham responsabilidade ao mais alto nível na região na condução deste processo, não fosse o responsável, o Presidente da Câmara de Vila Flor o principal dinamizador. Lamentamos que o esforço das autarquias que compõem a CIM-TM, nomeadamente Macedo de Cavaleiros, seja no sentido de validar os objetivos do Governo, plasmado no Decreto-Lei que visa a fusão dos sistemas em alta, sob a capa de tornar mais barata a água no interior. E aqui convém esclarecer que nem um cêntimo se irá refletir na fatura que chega aos consumidores. Para a CDU o problema das dívidas, que aqui em Macedo é astronómico, à ATMAD reside nas condições leoninas que foram impostas e acatadas pelos Municípios. No seu conjunto os 30 Municípios que integram o sistema multimunicipal de abastecimento de água têm de pagar à ATMAD 41 milhões de metros cúbicos por 438 mil habitantes. Isto quer dizer que em média cada Município tem 15 mil habitantes, sendo que no Distrito de Bragança é uma mentira de todo o tamanho, pois apenas 4 Municípios chegam a este número.-----*

-----*Posto isto, Sr. Presidente, perguntamos: 1- Quando é que vai ser conhecido o estudo e os seus resultados? 2- Alguma vez foi ponderada e considerada a resolução do contrato com a ATMAD e a integração da gestão da captação em alta da autarquia? 3- Sobre quantos metros cúbicos e quantos habitantes paga o Município de Macedo de Cavaleiros à ATMAD? 4- Considera admissível que seja o Município a resolver os problemas de fuga na rede para depois entregar a gestão a outras entidades que não são escrutinados pelos eleitores?*-----

-----**PEDRO FERNANDO REIS MASCARENHAS (PS)** – Referiu que pessoalmente não compreende muito bem a oportunidade desta moção, pois o problema aqui é que os Municípios do Interior pagam a água mais cara que os Municípios do Litoral. E de certa forma tecnicamente até percebem o porquê, pois 1 Km de conduta no Porto leva a água a 20 mil habitantes e 1 Km de conduta aqui, leva a água a meia dúzia de habitantes, isto tecnicamente. Agora há uma questão de solidariedade que tem que haver em termos de território nacional. Isso também acontece na eletricidade, que é paga por todos da mesma forma. E o problema é mesmo esse, haver equidade e todos pagarem a água da mesma forma. O que acontece é que esta junção das empresas numa só empresa não lhes garante essa equidade, pois não está lá escrito que isso vai acontecer e o que deviam estar aqui a votar era exigirem, que essa equidade de pagamento fosse garantida, que aliás foi a moção que foi aprovada na CIM-TTM, que votaram favoravelmente pois nela exigiam que houvesse um nivelamento dos preços de água, e isso não se reflete nesta moção. Portanto não entende o que vão votar. Vão dar os parabéns ao Governo por juntar as 4 Empresas só numa, quando realmente aquilo que lhes interessa é terem água boa e barata e não é isso que estão a pedir nesta moção. No entanto se quiserem alterar a moção e colocarem nesta, a exigência de o Interior pagar a água ao mesmo preço do Litoral, o Grupo do PS subscreve a moção e votam favoravelmente. Agora estarem só a dar os parabéns ao Governo por uma coisa que não lhes traz garantia nenhuma, assim irão abster-se.-----

-----**LUÍS MANUEL DIAS GONÇALVES (PSD)** – No que respeita à moção que apresentaram, à qual convida todos os restantes Grupos desta Assembleia Municipal a subscrever, foi apresentada por acharem que há ali uma questão que é fundamental para o Interior. Esta decisão do Governo, de reestruturação do setor das águas vai permitir que o Interior seja beneficiado no que respeita ao preço da água paulatinamente para que a disparidade existente entre o Litoral e o Interior seja anulada e a prova disso é que todo o Litoral já se está a insurgir contra estas medidas. Por isso apela a todos que votem a favor desta moção porque o que está em causa é uma medida que vem favorecer o Interior do País. Disse, ainda, que a questão é tão clara como a água, ou seja, mais concretamente, a questão é que a água seja nivelada e que o Interior como a paga mais cara, venha a beneficiar com isso. Disse ainda que não têm qualquer oposição em alterar a questão do preço e exigir que este seja nivelado e seja tido em conta o princípio da equidade.-----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu conhecimento da moção apresentada e aprovada na CIM-TTM no dia 24.04.2015, que é do seguinte teor: “ *Considerando que a água é um bem público essencial; Considerando a reestruturação do seu todo a água em curso; A*



Assembleia Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes reunida na sessão ordinária de 24 de Abril de 2015, manifesta por motivos de equidade territorial e coesão social a sua concordância de princípio com a aprovação em Conselho de Ministros do Projeto de Decreto-Lei de criação da Empresa Águas do Norte, S.A., em especial pela harmonização tarifária que esta medida promove.” Continuou dizendo que gostava que os líderes dos Grupos Políticos desta Assembleia Municipal se entendessem sobre esta matéria e apresentassem a esta Assembleia um documento consensual. Goradas as expectativas para que isso possa acontecer neste momento vai ser posta à votação da Assembleia Municipal a proposta apresentada na Mesa.---

-----**DELIBERAÇÃO: Devidamente apreciada e discutida a moção apresentada à Mesa, foi a mesma aprovada por maioria com 47 votos a favor, 1 voto contra e 13 abstenções.**---

-----**PEDRO FERNANDO REIS MASCARENHAS (PS)** – Relativamente ao assunto da renúncia de mandato da Sr.^a Vereadora Helena Magalhães, e para encerrar esta questão disse ao Sr. Presidente da Câmara que daquilo que fica é que a Sr.^a Vereadora não renunciou simplesmente ao mandato, ou seja, a Sr.^a Vereadora bateu com a porta e saltou fora enquanto é tempo, só não sabem é porquê e como não sabem o porquê podem pensar e especular muita coisa e isso é grave e dá mau exemplo e mau aspeto da Câmara e da própria terra.-----

-----Sobre a Comissão de Festas disse ao Deputado Municipal, Luís Gonçalves, que o documento não foi emanado por esta Assembleia Municipal, o documento foi elaborado na Comissão Permanente, com o qual o Partido Socialista nunca concordou e este documento nunca foi presente a esta Assembleia, para ser apreciado e votado, aliás na última Assembleia Municipal teve oportunidade de dizer aqui isso porque o assunto estava agendado e o Sr. Presidente da Assembleia Municipal decidiu retirar o assunto, tendo ele na altura própria manifestado o seu desagrado e a sua discordância pela decisão do Sr. Presidente, porque um documento que é elaborado em sede de Comissão Permanente, mesmo tendo assento nesta Comissão representantes de todas as bancadas com assento nesta Assembleia Municipal, nunca deve ser tornado público sem passar pela Assembleia Municipal para ser apreciado e votado, portanto não digam que o documento foi emanado por esta Assembleia Municipal, porque isso é falso.-----

-----Ao Deputado Municipal, Halestino Pimentel, disse que pela intervenção que fez a culpa da demora na elaboração do Plano Diretor Municipal (PDM) foi de todos menos da Câmara, mas deve dizer que há um Município que começou depois o seu PDM e já há três anos que tem o PDM aprovado e publicado, e esse Município além dessas Entidades todas ainda tinha mais o Alto Douro Vinhateiro e todas as Entidades associadas ao facto de ser um Município ribeirinho do Douro, por isso, pelo menos distribuam as culpas e não digam que a culpa foi dos outros e não da Câmara e o que é que faz com que este PDM esteja a ser acabado à pressa, faz com que na discussão pública as propostas e as reclamações dificilmente vão ser tidas em conta, vão todas para o caixote do lixo porque a Câmara Municipal está com pressa porque no dia 29 de Junho tem de ter o PDM aprovado. Ora, se tivessem feito isto a tempo e horas as reclamações e todas as sugestões que os munícipes dessem podiam, com tempo, ser

apreciadas e ser vertidas no PDM. Pode também garantir-lhes desde já que este PDM não vai ser bom para os macedenses em muita coisa, e deu o exemplo de que quem quiser enveredar pela pecuária se for ver bem, não vai ter muita sorte porque não vai ter muitos sítios para criar os seus animais. Ainda sobre a dívida da água, referiu que o Sr. Presidente da Câmara disse-lhes há duas Assembleias atrás que esta era de 6 milhões e meio de euros mas, afinal, chegam à conclusão que esta dívida é de 8 milhões e 600 mil euros, um valor astronómico de dívida de água. Continuou dizendo que há 3 processos em Tribunal da Empresa Águas de Portugal contra a Câmara por causa da dívida e nestes 3 processos naturalmente a Câmara é condenada a pagar a água, mas, nestes 3 processos a Câmara recorre e gostaria que o Sr. Presidente da Câmara lhe explicasse por que motivo recorre uma vez que a dívida efetivamente existe, será que é apenas para ganhar tempo? Relativamente à Comissão das Festas, o Sr. Presidente da Câmara disse que há um elemento do Partido Socialista que integra esta Comissão, o que é verdade mas o Sr. Presidente pecou por falta de cordialidade para com este partido porque convidou diretamente o Vereador, Fernando Rui Castanheira Pinto, quando devia ter endereçado o convite ao Partido. É evidente que, o Partido Socialista está tão bem representado com o Vereador, Fernando Rui como estaria com o Vereador, Rui Vaz ou com a Vereadora, Manuela Santos. A questão não é essa, pois aliás o Vereador Fernando Rui quando recebeu o convite também ficou surpreendido e admirado, tendo decidido aceitar, no entanto deixa este reparo ao Sr. Presidente da Câmara, pois ficava-lhe bem ter endereçado o convite ao Partido Socialista.-----

-----**JOÃO MANUEL GRADISSIMO ROCHA (PS)** – Relativamente à questão da Feira de S. Pedro pergunta novamente ao Sr. Presidente da Câmara, quais são as atribuições da Comissão e qual o papel da Associação, na realização das Festas e Feira de S. Pedro. Referiu que já fez esta pergunta na sua anterior intervenção à qual o Sr. Presidente não respondeu.-----

-----No que diz respeito ao PDM disse que o período de discussão pública deste documento durou 30 dias, de facto e de acordo com a legislação este período pode ser de 30 dias no entanto, no caso da discussão de um documento destes a legislação também prevê que serão 30 dias úteis e não 30 dias de calendário, o que dará sensivelmente um mês e meio. Isto, com certeza, tem uma razão de ser, pois são documentos de tal forma importantes e que vão condicionar o desenvolvimento territorial dos concelhos que precisam de tempo para serem discutidos. Mas sobre esta questão, o Executivo de Macedo optou pelo mínimo. Tem conhecimento que sobre o Documento, foram enviadas à Câmara uma série de reclamações e por isso pergunta diretamente ao Sr. Presidente o seguinte: - Se houver um erro ortográfico detetado no documento que foi apresentado, será que é possível corrigi-lo? E, faz esta pergunta porque como foi elencado pelo Deputado da bancada do PSD, Halestino Pimentel, há 29 Entidades que têm de apreciar e aprovar qualquer alteração que seja feita ao documento que foi entregue e posto à apreciação. Dado o timing que têm para publicação do PDM em Diário da República, que será a 29 de Junho, será possível corrigir um erro ortográfico ou ter em conta qualquer erro ou qualquer alteração que seja proposta?-----

-----Disse ainda que há algumas Assembleias atrás foi levantada aqui uma questão que



dizia respeito à reposição de entulho asfáltico no terreno que estava destinado à futura Central de Camionagem. Esses resíduos eram provenientes de uma obra municipal e foram depositados ali. Referiu que a legislação ambiental não permite aquele tipo de deposições, mas a Câmara resolveu nesse sentido porque pelo menos ali não se viam. Mas, o que é certo, é que a nível do concelho se deparam com um grande problema que é, não haver um único local licenciado para depósito de entulho resultante de obras, seja ele de madeira, pedras ou de resíduos de betão e o que acontece sistematicamente pelo concelho fora é que sem a GNR ver ou sem algum fiscal da Câmara ver, ou basta até estes olharem para o lado as pessoas descarregam entulho em qualquer sítio. Se tiverem em atenção a questão do Geoparque não podem de forma alguma ter o concelho e o território do Geoparque cheio de depósitos de lixo. Mais concretamente, disse que já hoje tinha falado numa obra que está a decorrer na Cidade onde foram feitas remoções de betuminoso e esse entulho lamentavelmente foi depositado num antigo local de lixeira da Câmara Municipal denominado: o Ginço. Isto só prova que é a própria Câmara que prevarica nesta questão, o que é de lamentar.-----

-----Por último disse que tinha tido conhecimento que o Gabinete do Sr. Vereador, José Luís, está a aceitar currículos para candidaturas a emprego numa futura superfície comercial que vai abrir em Macedo e gostaria de saber se é uma situação aberta a toda a gente ou se é só para alguns e já agora se há intenções de mandar fechar o Centro de Emprego pois a sobreposição de funções por Instituições que fazem a mesma coisa, em tempo de contenção pergunta o que é que andam a fazer.-----

-----**LUÍS MANUEL DIAS GONÇALVES (PSD)** – Relativamente ao documento sobre a Feira de S. Pedro disse que, se bem se lembra, foram solicitadas a todos os grupos desta Assembleia, não só a sua contribuição mas também aquilo que achavam sobre a mesma, sempre com o objetivo de valorizar a Feira e apresentar um documento que ajudasse a melhorá-la e a inová-la. No que respeita ao Grupo do PSD como habitualmente faz, fez chegar a sua informação à Comissão Permanente. Pensa que nessa Comissão foi discutido na devida articulação e por maioria de razão o documento reflete a opinião, as ideias e as vontades desta Assembleia, ou pelo menos dos Grupos que a integram, porque essa informação foi de facto solicitada. Reitera que efetivamente aquilo que todos querem, é que o certame corra da melhor maneira e é isso que deve nortear o pensamento de todos perante a Feira e Macedo.-----

-----**CARLOS ALBERTO CAMELO (PS)** – Em relação à sua anterior intervenção e à resposta àquilo que foi o documento que trouxe a esta Assembleia, as respostas que o Sr. Presidente lhe deu, a não ser que ele não as tenha percebido, foram muito vagas. Por esta razão iria colocar perguntas mais concretas. O Sr. Presidente disse que tinha sido feito um protocolo, e pergunta com quem? Disse também que à partida e partindo do documento que apresentou, pelo menos escritura não foi feita o que quer dizer que estes prédios neste momento pertencem à insolvente, Ana Margarida Moreira. Quanto ao receio de encerramento do parque que ele por vezes utiliza, já percebeu que não vai ter esse receio porque o Sr. Presidente já disse aqui que não era de preocupar porque à partida poderão vir a readquirir os bens, pois se a Câmara já os adquiriu uma vez através de protocolo, se calhar se alguém

puder comprar à Câmara terá de os readquirir outra vez e o valor base de licitação é de 300 mil euros. Deixa estas questões em concreto e espera que o Sr. Presidente o possa esclarecer.-----

-----Relativamente às Festas de S. Pedro disse que ele próprio já fez parte da Associação Comercial durante vários anos e realizaram ao longo desses anos a Feira de S. Pedro e no final havia algo que sempre lhe foram dizendo, que era que a Feira era uma Festa e ao longo das várias intervenções que fizeram hoje aqui sobre esta questão, só agora começa a aperceber-se que afinal antes a Feira era uma Festa mas agora a Festa é a Feira porque afinal de Festas da Cidade ainda não ouviu aqui falar. Para terminar disse pensar que esta Comissão se vem sobrepor a um organismo que tinha por obrigação a realização da Feira de S. Pedro, que é um evento relacionado com as atividades económicas desta região. Acha que estão aqui a dar um ênfase à Feira, que antes era uma Festa e agora vai passar a ser uma Feira e então deixa a questão: - Festas da Cidade, vai haver?-----

-----**MANUEL LUÍS GOMES VAZ (PS)** – Fez a intervenção que a seguir se transcreve: “ *A minha intervenção hoje, aqui não é para dar conselhos a ninguém porque como se costuma dizer, os conselhos se forem bons não se dão, vendem-se. O que vou aqui dizer é um pouco em complemento daquilo que acabou aqui de dizer na sua última intervenção o meu camarada, João Rocha e tem a ver de facto com a situação dos lixos que abundam por este concelho fora. Quando há muitos anos atrás assumi a presidência da Câmara de Macedo um dos primeiros atos que tomei foi mandar uns camiões e pessoal da Câmara para as margens da Albufeira do Azibo donde saíram de uma só vez 15 camiões de lixo. Depois foram-se fazendo alguns exercícios, integrando nomeadamente as escolas no sentido da limpeza das matas. Depois a nível da Associação de Municípios pensou-se num programa para tentar minimizar o impacto do lixo pelas estradas, florestas e pelos buracos mais escondidos dos respetivos concelhos, e, assumiram todos os Municípios que iriam fazer uma ação de limpeza profunda nos seus concelhos. Na altura criaram-se os ecopontos, como aquele que foi colocado propositadamente em frente ao Hospital para demonstrar que os lixos devidamente acondicionados não mordem ninguém e foram também colocados ao longo do concelho, pontos de recolha de monstros domésticos e de outros lixos mais pesados. No entanto verificávamos que apesar de haver esses equipamentos frequentemente os lixos eram depositados na floresta, na berma do caminho ou até da estrada, quando tinham ali ao lado o ecoponto para fazer o depósito do lixo e a diferença é esta, é que para meter o lixo no ecoponto e na recolha dos mostos domésticos é necessário selecionar o material e é muito mais fácil meter tudo misturado numa carrinha e ir despejar no mato. Eu sou uma pessoa que sempre gostei da natureza, até por motivos de formação profissional e todos os anos vou aos cogumelos, à norça e aos espargos e portanto percorro as matas e os caminhos do nosso concelho e é de facto com grande tristeza que constato que isto está outra vez como estava há 30 anos atrás. Vai-se ali à Serra de Bornes, entra-se naqueles pinhais e é só lixo por todo o lado, são monstros domésticos, são detritos das oficinas, entre outras coisas. Ainda anteontem passava pela nacional 15, e deitei as mãos à cabeça pois em qualquer sítio onde possam encostar um carro ou uma carrinha está uma lixeira. Eu sugeria à Câmara, que fizesse uma ação global de limpeza no concelho, pois isto*



não custa assim uma fortuna e que pensasse até a nível da Associação de Municípios em voltar a reeditar a recolha de monstros domésticos, mas aqui há também uma grande falha em termos de fiscalização, pois os fiscais da nossa Câmara não fiscalizam porque não estão para se chatear, pois estão num concelho pequeno, onde toda a gente se conhece e uma vez um fiscal dizia-me que para participar só iria ter chatices. Durante os dois mandatos conseguiram apanhar 4 indivíduos, a GNR não apanhou nenhum, os fiscais da Câmara não apanharam nenhum e eu que raramente saia de casa de madrugada nas poucas vezes que isso aconteceu, apanhei logo 4 prevaricadores. Sr. Presidente, a tarefa não é fácil, é difícil mas acho que era de bom-tom fazer uma grande ação de limpeza do concelho porque nós não podemos querer ter Turismo, não podemos querer ter aí a galinha dos ovos de ouro do Geoparque, com o concelho todo cheio de lixo e de monstros domésticos e numa situação deplorável. É esta a recomendação que eu deixo.-----

-----Quanto ao resto, ouvi aqui uma declaração por duas vezes sobre o Instituto Piaget e eu digo, o Presidente da Câmara anterior ao Eng.º Beraldino Pinto, foi um tontinho pois andou vezes sem conta a falar com o Sr. Ministro da Educação, andou vezes sem conta a lutar pelos 5 cursos que o Piaget reclamava e um dia teve de chegar junto do Sr. Primeiro-ministro, António Guterres e dizer-lhe, “se essa história não volta para trás, e se for publicado em Diário da República, eu demito-me de Presidente da Câmara”. Fui um tontinho, pois 3 meses depois de eu sair da Câmara estava o Sr. Primeiro-ministro, Durão Barroso, em Bragança a anunciar esses mesmos 5 cursos para o IPB de Bragança e estava lá o então Presidente da Câmara de Macedo, Eng.º Beraldino Pinto a aplaudir. A questão é esta, hoje o Piaget não teria 2200 alunos mas se calhar teria uns 200 ou 300, isto só para dizer que apesar de ser uma propriedade cooperativa ou privada, tudo aquilo que se passa num Município, este tem de estar atento e intervir no sentido de defender as empresas e as instituições.”-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, a fim de poder responder às questões colocadas pelos senhores Deputados. Disse ao Deputado Municipal, **Pedro Mascarenhas**, que a Câmara assume a dívida e está a assumi-la com transparência, e se na última Assembleia disse que a dívida era de 6 milhões de euros, foi porque não tinha ali o valor exato, mas efetivamente o valor da dívida da Câmara à Empresa Águas de Portugal é de 8 milhões e 600 mil euros e modéstia à parte o Sr. Deputado sabe exatamente o valor dos números. Disse que a Câmara está a negociar a situação com as águas mas também aproveita para dizer que não é uma dívida assim astronómica, pois se forem ver o exemplo do concelho vizinho este já fez 3 processos de saneamento financeiro e já vai no FAM (Fundo de Apoio Municipal) e a Câmara de Macedo ainda não precisou de fazer isso, tendo conseguido descer as taxas do IMI para o valor mínimo, dar parte da receita do IRS aos macedenses e pensa que estão no bom caminho e sem atrapalharem as contas do Município. Mas, tem sido recorrente por parte do Partido Socialista desde há um ano e meio a esta parte, tentar pintar as coisas de uma forma pouco condizente com a realidade por isso pode dizer-lhe que não vale a pena irem por aí.

-----Sobre a Feira de S. Pedro informou que as atribuições da Associação Comercial são as

relativas à Feira Empresarial, ou seja a atividade económica. O restante, tudo o que diz respeito às Festas pertence à Comissão. Esclareceu os Srs. Deputados, nomeadamente o Sr. Pedro Mascarenhas, que aqui não há trapalhada nenhuma, pois estão a avançar no terreno e a trabalhar, referindo ainda que o Partido Socialista nem sequer quis dar nenhuma contribuição para o Documento elaborado pela Comissão Permanente, e mesmo que tivesse enviado uma carta para a Concelhia do PS provavelmente nem iria obter nenhuma resposta, ou se a recebesse seria certamente contrária à proposta. Relativamente às questões colocadas pelo Deputado, **João Rocha**, no que se refere aos resíduos asfálticos, disse que a Câmara tirou a maioria dos resíduos mas que não os podem tirar todos e fizeram um processo de limpeza do terreno. Irá inteirar-se da situação e mandar com certeza proceder à limpeza dos resíduos asfálticos desse local. No que diz respeito à receção de currículos na Câmara Municipal informou que estão a enviar os currículos para as empresas, para as quais as pessoas vão demonstrando interesse em integrar.-----

-----Ao Deputado Municipal, **Luís Vaz**, respondeu que aceita a sua sugestão referente à limpeza do concelho e vai contactar a Associação de Municípios no sentido de fazerem uma limpeza global do concelho, pois não é uma coisa por aí além, mas aproveita para lhe dizer que quando foi a ação “limpar Portugal”, o concelho de Macedo foi o que teve maior sucesso na limpeza pois tiveram o maior brio e empenho em fazer essa limpeza. Quanto ao Instituto Piaget disse não ter mais nada a acrescentar, sobre esta matéria.-----

-----Esgotados os assuntos e antes de passar ao ponto 2 – período da ordem do dia, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou aos presentes, a possibilidade de trocar a ordem dos pontos 2.1 e 2.2, isto por uma questão de funcionalidade. Como nenhum dos presentes se opôs, o ponto 2.1: “Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade municipal, elabora nos termos da alínea c), nº2 do artigo 25º e nº4, do artigo 35º, ambos do anexo I à lei nº75/2013, de 12 de Setembro” passou a ser o ponto 2.2 e o ponto 2.2:”Apresentação das entidades e associações do Concelho: Associação de Beneficiários de Macedo de Cavaleiros (entidade Gestora do Regadio do Azibo) ” passou a ser considerado o ponto 2.1.-----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

-----**PONTO 2.1 - APRESENTAÇÃO DAS ENTIDADES E ASSOCIAÇÕES DO CONCELHO: ASSOCIAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS DE MACEDO DE CAVALEIROS (REGADIO DO AZIBO)**-----

-----O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** informou o plenário de que tinha formulado o convite ao Presidente da Direção da Associação de Beneficiários de Macedo de Cavaleiros (Regadio do Azibo), Sr. Hélder Fernandes, a quem agradeceu a sua disponibilidade, passando de imediato a palavra a este convidado, que fez a seguinte intervenção: “*Senhor Presidente da Assembleia Municipal e demais membros da mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores presentes, Sras. e Srs. deputados municipais, Exmo. público aqui presente, minhas senhoras e meus senhores:*-----

-----*Não podemos começar esta nossa intervenção sem deixar de agradecer, pela parte que*



nos compete, mas também de enaltecer esta iniciativa de convidar as Associações, bem como outras Entidades para aqui apresentarem o seu trabalho, e as suas preocupações, informando desde já da nossa total disponibilidade para contribuir conjuntamente no quadro do desenvolvimento do Concelho de Macedo de Cavaleiros, particularmente da Agricultura e especificamente do Regadio. Esta iniciativa é para nós, enquanto Direção da Associação de Beneficiários de Macedo de Cavaleiros, mais um oportunidade para sensibilizar os presentes, para a extrema importância do Regadio instalado em 3000ha de território Macedense, e do papel que este pode ter no desenvolvimento da nossa agricultura, do Concelho, na criação de emprego e na fixação de pessoas. Não podemos aqui, deixar de referir que o Regadio, o seu sucesso, ou insucesso, depende da conjugação de vários fatores, designadamente do desenvolvimento do associativismo agrícola, da capacidade de profissionalização dos Agricultores mas também da importância que os decisores Políticos locais atribuem ao sector Agrícola e ao Regadio o que até aos nossos dias tem sido praticamente inexistente. Não pretendendo nunca que seja tido como crítica, pois o nosso papel não é o de criticar, não deixamos de o constatar aqui e agora, constatação, facilmente comprovada, pela dotação financeira inscrita para tal rubrica nos sucessivos orçamentos do município. As prioridades, têm sido outras. Permitam-nos, em nome da Associação que aqui representamos que delas discordemos. Sugerimos, uma maior aposta na Agricultura, no regadio e na modernização das estruturas associativas e cooperativas, como motores do desenvolvimento económico. Entendemos que o município é demasiado importante para se permitir à acomodação de estar fora daquela que é uma das suas maiores obrigações: a luta pela modernização agrícola, pela fixação de pessoas à terra, pela criação de trabalho, contra o flagelo acelerado da desertificação. Esta é a luta dos Macedenses desta e das próximas gerações. Precisamos de a ganhar, em nome da nossa terra, em nosso nome e em nome dos nossos filhos e netos. O Município e tudo quando ele representa em todas as suas componentes, política, técnica, administrativa, não pode dar-se ao luxo de responsabilizar pelo êxito (ou sua falta) da realidade agrícola apenas os agricultores e as suas associações representativas. Tem, ele próprio, que ser parte ativa deste processo que é de todos e ajudar na definição de um destino comum. Sugerimos, pois, que o município colabore no âmbito do PDR 2020, no quadro da realização de investimentos que visem o aumento de produção de bens agrícolas transacionáveis, aumento de profissionalização do sector, desenvolvimento das culturas de regadio, aumentando por estas vias, a área regada, fundamental para a viabilização do regadio e da Associação. A apresentação que vamos fazer é bem a prova da incapacidade de aproveitarmos o regadio do Azibo, infraestrutura que ultrapassou os 50 milhões de euros, 21.000 euros por hectare e que prometia alterar as culturas de sequeiro por culturas de regadio, com ênfase para as fruteiras e hortícolas. Do regadio inicial estavam ainda projetados os blocos em Morais/Lagoa e Castro-Roupal/Limãos, em mais 2.350ha, mas a fraca adesão de 14% ao regadio existente nos blocos de Macedo, Salselas e Cortiços, condenaram a construção de tais novos blocos. O certo é que o Concelho continua sem uma estratégia para a Agricultura e para o regadio. A maioria dos nossos agricultores são idosos, não tem formação, e a exceção é

formada por alguns jovens completamente à deriva dos Quadros comunitários que se sucedem, sem saberem o que produzir e como valorizar os produtos agrícolas que produzem. Falta-nos um produto agrícola de referência. Falta-nos uma Marca no mercado que nos identifique como um Concelho Agrícola. Não soubemos seguir o exemplo de outros Concelhos vizinhos que ganharam reconhecimento por um ou vários produtos agrícolas, seus derivados ou transformados. A Direção tem vindo a preparar a Associação para os desafios do futuro, que trará cada vez mais encargos e exigência, e estabeleceu como meta para 2020, 1.000ha de área regada. Para os próximos 3 anos, a estratégia prioritária para o regadio, assenta na modernização das infraestruturas, em fase de pré-candidatura, com um investimento que ultrapassa os cinco milhões de euros e que permitirá reparar e automatizar o canal condutor geral, instalar contadores em todos os blocos com recurso a telegestão, o aumento da capacidade dos reservatórios, instalação de sistemas de auto limpeza, estudos de mercado para instalação de novas culturas, caminho rural entre Travanca, Carrapatos e Cortiços, e cadastro predial, investimentos fundamentais á modernização do regadio e que ajudarão á viabilização da Associação, bem como ao aumento da eficiência do uso da água. A par de tudo isso, continuaremos também a criar condições para o aumento da área regada, mantendo taxas competitivas, equilíbrio financeiro, prestando cada vez mais serviços aos Beneficiários do regadio.-----

-----Senhor Presidente, Minhas Senhoras e meus senhores: pelo exposto na apresentação, A Associação de Beneficiários de Macedo de Cavaleiros, entende ser urgente por parte de todos os intervenientes referidos, uma atitude muito mais ativa. Os regantes não podem utilizar a água, para produzir, sem o conforto necessário, isto é, sem estruturas associativas e cooperativas, que lhes digam o quê, de que forma, com que estratégia comercial. É, pois, aqui, que reside o maior problema, que inviabiliza o regadio e que impede o desenvolvimento agrícola do vale de Macedo e restante território deste nosso amado concelho. Após 30 anos de apoios comunitários nem sempre bem repartidos, e neste mercado cada vez mais global, cheio de oportunidades, é com pena que constatamos que a nossa agricultura evoluiu muito pouco. Falta coordenação conjunta às estruturas, falta inovação, falta escala e produção orientada para o mercado, está pois, tudo por fazer. Sob pena de arriscarmos o juízo dos nossos filhos e netos, de que não fizemos a nossa parte, compete-nos a todos, Agricultores, Associações, Poder Político, unir esforços, definirmos uma estratégia em que, juntos, pensemos bem o fenómeno de modernização da nossa agricultura no qual a água disponível é um instrumento fundamental. É preciso agir, o presente é fruto do que fizemos no passado e o futuro também não se compadecerá com a nossa passividade, a questão impõe-se que Concelho, que Agricultura e que Regadio queremos para o futuro?"-----

-----De seguida apresentou um PowerPoint referente a:" Breves referências à importância da água e do regadio. O sector agrícola, o que mais recursos hídricos consome, terá de aumentar a sua produção em 60 por cento até 2050, o que provocará maior tensão no acesso à água. Crescerá também a procura de produtos manufacturados, estudos assinalam que as necessidades de água deste sector aumentarão 400 por cento. A seca que castiga o estado



americano da Califórnia há cerca de quatro anos obrigou o governador Jerry Brown a anunciar uma medida drástica esta semana. Todas as cidades serão obrigadas a diminuir o consumo de água em 25%. Aposta estruturada de Espanha multiplica regadios. Este tipo de agricultura ocupa apenas 12,5 por cento da agricultura espanhola. Contudo, representa a vertente mais produtiva do sector agrícola do país vizinho (cerca de 60 por cento) e emprega mais de metade dos trabalhadores agrícolas.-----

-----O regadio é bom! Traz riqueza e emprego aos territórios. O regadio combate as alterações climáticas, a desertificação, retarda os seus efeitos e é um fator incontornável de competitividade da agricultura; 25 a 30% da água para irrigação retorna ao ecossistema; As albufeiras das barragens hidroagrícolas são importantes para as populações, turismo, desportos e lazer, para o combate aos fogos e o reforço do consumo humano, são reserva estratégicas de água; Os projetos de regadio são âncoras de desenvolvimento, estimulando a economia local e os negócios em torno da agricultura e as indústrias; São polos de prosperidade e de emprego; O valor de produção da exploração por um hectare de superfície agrícola utilizada (SAU) em que a área é maioritariamente regada é quatro vezes superior à média das restantes explorações em Portugal.-----

-----Qual o efeito do regadio sobre as regiões?-----

-----Impacto positivo sobre a produção agrícola; Impacto sobre o rendimento dos agricultores; Impacto sobre o emprego nas zonas rurais; Impacto sobre a população (número e fixação); Impacto sobre a indústria e os serviços; O regadio permite o desenvolvimento de novas culturas; O regadio aumenta o investimento na agricultura; Potencia o desenvolvimento de sector de transformação de produtos agrícolas; O regadio instalado é pois uma Arma poderosa no combate á desertificação e fator positivo no território, quando aproveitado.-----

-----Trabalho e Resultados Obtidos de 2009-2015, pela Associação-----

-----Aumento do nº de sócios, de 11 para 204, ativos; Aumento do nº dias de rega, de 90 para 114 dias; Disponibilidade de água, aos sábados á tarde; Manter as TEC com preços competitivos; Resultados positivos em todos os exercícios; Diminuição com serviços prestados externos, (retro, limpezas, reparações); Investimentos de equipamentos hidráulicos, para melhoria do AHMC; Inquérito ao serviço prestado; Diminuição do consumo m³/ha; Investimento em equipamentos para execução de tarefas; Prestação de serviços aos Beneficiários a preços competitivos em especial dos Sócios; Melhoria dos Recursos Humanos.-----

-----Trabalho e Resultados Obtidos 2009-2015, pela Associação-----

Criação de Novos Estatutos e Regulamento Interno; Participação em reuniões de interesse da Associação (DGADR, DRAP-N, FRPN, Fenareg, CMMC, entre outras; Jornal Azibo Rural, Site, Email, Facebook, Filme comemorativo dos 25 Anos; ABMC é Entidade Gestora da Bolsa de terras; Assinámos em 2011, o Contrato de Concessão para a Gestão do Aproveitamento Hidroagrícola de Macedo; Promoveu-se o aumento da área regada; ABMC, é co-fundadora da Federação dos Regadios Públicos do Norte; Sócia efetiva da Fenareg; Parcerias que promovam o regadio, Protocolos; Horário de rega mais flexível; Aumento do Património da Associação; A Associação não tem quaisquer dívidas; A Direção tem procurado ter uma

preocupação social, local, ajudando Instituições locais.”-----

-----Para terminar apresentou alguns gráficos elucidativos da evolução que esta Associação tem vindo a conseguir desde 2009 até à presente data.-----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu ao Presidente da Associação de Beneficiários de Macedo de Cavaleiros, pela disponibilidade que manifestou para vir a esta Assembleia Municipal trazer estas informações relativas à atividade desta Associação, ficando com a certeza que a agricultura do concelho muito beneficiará da sua ação.-----

-----**Abertas as inscrições, usaram da palavra:**-----

-----**ADALBERTO DO NASCIMENTO FERNANDES (CDU)** – Disse que tinha estado com muita atenção e que viu aquilo que é uma das coroas do reino, do nosso concelho. Referiu que é extremamente importante, hoje, e foi sempre muito importante e muito mal tratada a agricultura por várias razões. No entanto, este concelho foi sempre um dos que mais sofreu com isso porque era e ainda hoje é um concelho essencialmente agrícola. Prosseguiu dizendo que ouvira também com muita atenção a questão do canal e da importância que ele tem, mas quer sublinhar que nunca ninguém se preocupou que aquele canal da forma como está, pois é extremamente perigoso para pessoas e para animais e uma vez que vão estar atentos à situação devem ficar atentos nesta área, pois se cair lá um animal, se este não for ajudado a sair ele ficará lá o mesmo podendo acontecer com qualquer ser humano.-----

-----**PONTO 2.2 – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL, ELABORADA NOS TERMOS DA ALÍNEA c), N.º 2 DO ARTIGO 25.º E N.º 4, DO ARTIGO 35.º, AMBOS DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO**-----

-----Pelo excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal, foi dada uma breve explicação acerca da informação escrita sobre a atividade da Câmara Municipal, que aqui se dá como integralmente transcrita, ficando a fazer parte integrante desta ata.-----

-----**Abertas as inscrições, usaram da palavra:**-----

-----**CELINA DA CONCEIÇÃO DE SÁ MARTINS (PS)** – Disse o seguinte: “*Sr. Presidente da Assembleia, o Partido Socialista nunca se escusou a dar qualquer contributo que lhe é, ou foi solicitado na Comissão Permanente. Poderá não ser o nosso contributo do agrado do Sr. Presidente e já agora quero perguntar-lhe aqui diretamente se, algum dia na Comissão Permanente algum dos elementos do PS se escusou a dar qualquer contributo no que se relacione com o nosso concelho. Como também o Sr. Presidente da Câmara nunca ficará a saber se o Partido Socialista lhe iria responder, ou não, porque nunca lhe escreveu a carta.*”-----

-----**CARLOS ALBERTO CAMELO (PS)** – Disse que em relação à pergunta que fez ao Sr. Presidente da Câmara na sua anterior intervenção que ia no sentido de saber se foi feita uma permuta, ou um protocolo, com quem foi feito e se foi feita escritura, porque à partida presume-se que não tenha sido feita, porque se realmente for feita alguma proposta, se têm a intenção de recomprar e readquirir aqueles dois prédios.-----

-----**ADALBERTO DO NASCIMENTO FERNANDES (CDU)** – Referiu que se revê muito na intervenção proferida pelo Deputado Municipal, Francisco Correia, felicitando-o pela mesma.



Disse também que estão num concelho e independentemente da forma de pensarem e das diferenças existentes nas bancadas desta Assembleia, porque cada vez são menos, devem unir-se e unirem todos os esforços seja nas comemorações ou no trabalho, pois é isso que pessoalmente tem tentado fazer e promete que o continuará a fazer cada vez com mais ênfase. Aproveita para dizer também que há pouco ouviu alguém dizer que a dívida da Câmara com a água já vai nos 9 milhões de euros, o que realmente é muito dinheiro e isto é assustador e por isso gostaria que o Sr. Presidente da Câmara Municipal dissesse a toda a Assembleia Municipal o que realmente se passa com esta questão.-----

-----**JOÃO MANUEL GRADISSIMO ROCHA (PS)** – Sobre a informação Escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal referiu que desta vez vem felicitar o Executivo, pelo facto de começar a complementar estas informações, no entanto tiram de um lado e põem no outro. Logo na primeira página têm Obras Municipais, concluídas, em execução e adjudicadas. No ponto 1.2 desta página no lugar das obras municipais em execução, não há qualquer registo o que quer dizer que neste momento não há qualquer obra em execução, mas a informação está completamente errada pois há pelo menos uma obra a decorrer na cidade, no seu ponto de vista erradamente, mas está a decorrer e já teve oportunidade de a identificar, hoje aqui. Por isso pergunta, por que motivo não consta da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara esta obra que está a decorrer, e como é possível num documento que deve deixar transparecer aquilo que de real se passa no Município existir uma lacuna destas. Estas situações devem ser tidas em conta pelo Sr. Presidente da Câmara e por isso pergunta se a obra em questão foi adjudicada. Relativamente ao restante conteúdo da informação referiu que pela primeira vez esta contém os processos pendentes e a decorrer na justiça dos tribunais e é lamentável ver esta listagem pois em todos eles a Câmara é condenada. De seguida a justiça permite-lhes um recurso e enquanto este estiver a decorrer a condenação fica suspensa, e o motivo é o mesmo em todos os processos, falta de pagamento da Câmara Municipal a Entidades. Na sua opinião esta não é uma imagem nada bonita para o Município, pois cada vez é mais negra.-----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** que relativamente à intervenção da Deputada Municipal, **Celina Martins**, disse que é de facto verdade que ele nunca saberá se haveria resposta por parte da Comissão política do PS, pois não escreveu para a mesma. Quanto aos contributos, houve uma situação em que os elementos do PS disseram que relativamente às Festas e Feira de S. Pedro esta era uma responsabilidade da Câmara Municipal e por isso não subscreveram o documento que saiu da Comissão Permanente. Ao Deputado Municipal, **Carlos Camelo**, disse que se tinha enganado e que não era um protocolo, mas sim um contrato de urbanização que a Câmara fez com a munícipe Ana Margarida Moreira. Este contrato previa que esta munícipe, cedia os terrenos e a casa para a Câmara fazer as infraestruturas e a Câmara Municipal permitia-lhe que fizessem o Loteamento. Não foi feita qualquer escritura por causa do contrato de urbanização, que tinha um valor mas não sabe dizer, neste momento, qual foi o valor atribuído, naquela altura. A dívida da água é de facto assustadora e todos os dias aumenta e isto tem a ver com diversos fatores e um deles são as perdas, porque todos os dias entra no sistema em

baixa mais água do que aquela que a Câmara vende e o que acontece é que têm perdas significativas, que andam na ordem dos 60%. A Câmara está a tentar repará-las e a ver onde elas existem, tendo já detetado fugas existentes há já vários anos e onde corriam caudais significativos. Daí o Governo ter feito a tal fusão em alta das Empresas Intermunicipais que é para aumentar um pouco mais o preço da água no Litoral e diminuir o preço no Interior, isto significa que se no Litoral aumentar em 10m³, 0,20€ para o Interior na alta desce por 10m³, 3,00€. De salientar também, o facto de as Águas estarem a cobrar, pelo não pagamento da Câmara, juros à taxa comercial que é de 8%, mesmo sendo a Câmara sócia da empresa. A Câmara não aceita de forma alguma pagar juros a esta taxa estando a trabalhar no sentido de diminuir esta verba o mas breve possível. Ao Deputado Municipal, **João Rocha** respondeu que a Câmara está de facto a melhorar e para isso também tem contribuído o Sr. Deputado com as suas sugestões. Quanto à obra que referiu que está a ser executada e não consta da informação escrita foi por mero esquecimento, pois as obras estão a ser feitas por administração direta, exceto os cortes do pavimento onde foi feito um ajuste direto a uma empresa. Relativamente aos processos judiciais, se reparar muitos deles já vêm de há muitos atrás e são com empresas com quem este Executivo nunca trabalhou. Têm é o processo com a Empresa Águas de Trás-os-Montes, mas o montante que está na informação escrita não significa que é o montante que a Câmara terá de pagar se for condenada e algumas das Empresas também já estão em insolvência e pretendem obviamente receber algum dinheiro. De qualquer forma também podem ver que ainda se arrasta o processo das Piscinas Municipais, pois há processos que decorrem no tempo e que já vêm de há décadas, mas o Executivo está a tentar eliminar todos estes processos e fazer tudo com a devida transparência para que isto deixe de existir.-----

-----De seguida o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** respondeu à Deputada **Celina Martins** que enquanto Presidente desta Assembleia recebeu um pedido do Sr. Presidente da Câmara para que se pronunciassem sobre o assunto da Feira de S. Pedro. Fizeram duas reuniões, ouviram as pessoas e produziram um documento que foi elaborado pela Comissão Permanente designado de “Contributos da Comissão Permanente para a Feira de S. Pedro”. Mas também se recorda que na altura o Partido Socialista defendia que a Câmara se devia entender com a Associação Comercial, no entanto a maioria dos membros da Comissão Permanente entendeu que a Comissão devia fazer o seu trabalho e o resto era com a Câmara e a ACIM. Foi portanto isso que se fez. A Comissão Permanente elaborou o trabalho que lhe competia e produziu-se o supracitado documento de contributos para a Feira de S. Pedro que remeteu ao senhor Presidente da Câmara. Posto isto, a Câmara aproveitou algumas das contribuições apresentadas e outras não foram tidas em conta. Sendo certo que outras pessoas intervieram e refletiram sobre o assunto, cabendo agora ao Executivo decidir, que é a sua função. Disse também que, ainda no âmbito do espírito de Abril que manifestaram, como dizia um político que agora está a terminar o seu mandato “deixem-nos trabalhar”, o mesmo pede a esta Assembleia. Deixem a Comissão trabalhar e deixem fazer a Feira de S. Pedro. Depois na Assembleia Municipal de Junho ou Setembro terão sempre aqui a oportunidade de



avaliar o que correu bem e o que correu mal, ou menos bem.-----

-----**PONTO 2.3 – PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DA MEDALHA DE MÉRITO, GRAU OURO, À ASSOCIAÇÃO GRUPO DE CARETOS DE PODOENCE – EMISSÃO DE PARECER NOS TERMOS DO ART.º 2.º DO REGULAMENTO DAS DISTINÇÕES HONORÍFICAS**-----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de 2015.03.09, que se transcreve: “**PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DA MEDALHA DE MÉRITO, GRAU OURO, À ASSOCIAÇÃO GRUPO DE CARETOS DE PODOENCE**”-----

-----Sobre o assunto, presente a proposta de atribuição de Medalha de Mérito, Grau Ouro, à Associação Grupo de Caretos de Podence, apresentada pelo Sr. Presidente que se transcreve: *“Embora a tradição do Carnaval e dos Caretos de Podence seja anterior, em 11 de abril de 2002 constituíram-se como Associação, com o objetivo, além de outros, de preservarem a tradição carnavalesca da freguesia de Podence. Em 2004, a 22 de fevereiro, a Associação abriu ao público a Casa do Careto, espaço que alberga o repositório do Carnaval e dos Caretos de Podence onde é possível, também, realizar exposições, reuniões ou até saborear uma refeição, com vista para a Albufeira do Azibo. Os Caretos de Podence têm vindo, progressivamente, a serem objeto de estudo, a ganharem adeptos, admiradores, projeção nacional e internacional, participando em inúmeros e diversificados eventos e a imporem-se como uma marca identitária do território de Macedo de Cavaleiros. O Património Cultural e Imaterial relativo à festa de Carnaval dos Caretos de Podence, por deliberação da Câmara e Assembleia Municipal, datadas, respetivamente, de 22/09/2014 e 29/09/2014, foi reconhecido e classificado de interesse municipal. Por este motivo e por ser oportuno proponho, nos termos do artigo 20.º do Regulamento das Distinções Honoríficas do Município de Macedo de Cavaleiros, que seja atribuída a Medalha de Mérito, Grau Ouro, à Associação Grupos de Caretos de Podence já que, nos termos do artigo citado, a Medalha de Mérito se destina a “distinguir as pessoas singulares ou coletivas, nacionais ou estrangeiras, de cujos atos advenham assinaláveis benefícios para o Concelho de Macedo de Cavaleiros, melhoria nas condições da vida da sua população, desenvolvimento ou difusão da sua arte, divulgação ou aprofundamento da sua história, ou outros de notável importância que justifiquem este reconhecimento”*.-----

-----Relativamente a este assunto **o Sr. Vereador Rui Manuel Rodrigues Vaz** disse que as instituições do concelho têm de facto o mérito e conseguem na sua atividade levar o nome de Macedo de Cavaleiros pelo mundo fora e devem ser agraciadas, por isso, estão de acordo com esta atribuição.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** Apreciado o assunto, a Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta do Sr. Presidente da Câmara de atribuição da Medalha de Mérito Grau Ouro à Associação Grupo de Caretos de Podence.-----

-----Mais foi deliberado para efeitos do art.º 2.º do Regulamento das Distinções Honoríficas do Município de Macedo de Cavaleiros, remeter o assunto à Assembleia Municipal para emissão de parecer.”-----

-----**Abertas as inscrições, ninguém pretendeu usar da palavra.**-----

-----**DELIBERAÇÃO:** Devidamente apreciada a proposta, a Assembleia Municipal, por unanimidade deliberou dar parecer favorável à atribuição da Medalha de Mérito, Grau Ouro, à Associação Grupo de Caretos de Podence.-----

-----**PONTO 2.4 – REGULAMENTO MUNICIPAL DOS TRANSPORTES DE ALUGUER EM VEÍCULOS LIGEIOS DE PASSAGEIROS – TRANSPORTE EM TÁXI – PROJETO FINAL – APROVAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA g), N.º 1, ARTIGO 25.º, CONJUGADO COM A ALÍNEA k), N.º 1 DO ARTIGO 33.º, AMBOS DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO**-----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de 2015.04.07, que se transcreve: “REGULAMENTO MUNICIPAL DO TRANSPORTE PÚBLICO DE ALUGUER EM VEÍCULOS LIGEIOS DE PASSAGEIROS – TRANSPORTE EM TÁXI – PROJETO FINAL-----

-----Sobre o assunto, presente a informação n.º 10, de 2015/04/01 do serviço de Contraordenações e Apoio Jurídico, que se transcreve: “ *Dando cumprimento ao disposto no artigo 118.º do CPA, o projeto de alterações do regulamento municipal acima identificado esteve em período de apreciação pública. Nesse âmbito, apresentou sugestões de alteração a ANTRAL – Associação Nacional dos Transportadores Rodoviários em Automóveis Ligeiros, a qual se dá como transcrita. Na sequência do despacho do Sr. Presidente da Câmara procedi à apreciação das mesmas – vide informação n.º 8, datada de 2015-03-25, que dou aqui como transcrita. Sobre a referida informação, o Sr. Presidente da Câmara concordou com a apreciação feita. Nesse sentido, dando cumprimento ao que me solicitou, segue a versão final do projeto de regulamento municipal, contemplando as alterações sugeridas na informação supra, competindo, agora, à câmara municipal aprovar o projeto de regulamento final e submetê-lo, à assembleia municipal, para aprovação final e posterior publicação no Diário da República, a fim de adquirir plena eficácia*”.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** Apreciado o assunto, a Câmara Municipal por unanimidade dos cinco membros eleitos presentes, deliberou aprovar o projeto de Regulamento Municipal do Transporte Público de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros – Transporte em Táxi, para efeitos da alínea g) n.º 1, art.º 25.º do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de Setembro, que aqui se dá como integralmente transcrito, ficando cópia do mesmo devidamente rubricada pelos membros do Executivo, arquivado na pasta correspondente a esta reunião.”-----

-----**Abertas as inscrições, ninguém pretendeu usar da palavra.**-----

-----**DELIBERAÇÃO:** Devidamente apreciada, a Assembleia Municipal por unanimidade, deliberou nos termos da alínea g), n.º 1, art.º 25.º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de Setembro, aprovar o Projeto de Regulamento Municipal do Transporte Público de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros – Transporte em Táxi, que aqui se dá como integralmente transcrito ficando cópia do mesmo arquivada, para consulta, na pasta correspondente a esta reunião.-----



-----**PONTO 2.5 – ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO PARA O ANO DE 2015 – APROVAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA o), DO N.º 1, ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO**-----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de 2015.04.20, que se transcreve: “**ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO PARA O ANO DE 2015**-----

-----Sobre o assunto, presente a proposta do Sr. Presidente, referente à Alteração do Mapa de Pessoal do Município para o ano de 2015, que se transcreve: “ *O Mapa de Pessoal do Município de Macedo de Cavaleiros, para o ano de 2015, foi aprovado em reunião de Câmara Municipal de 30.10.2014 e na sessão da Assembleia Municipal, de 17.12.2014. O Mapa de Pessoal, nos termos do artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, traduz a previsão dos recursos humanos que se estimam necessários, anualmente, para a prossecução das atribuições e atividades do Município. Nos termos do artigo 3.º, Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de outubro, na redação que lhe conferiu a Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro, os Municípios dispõem de Mapas de Pessoal aprovados, mantidos ou alterados pela Assembleia Municipal. O Mapa de Pessoal é uma previsão dos postos de trabalho, não correspondendo necessariamente ao número de trabalhadores ao serviço. Com efeito, existem postos de trabalho que estão “virtualmente” ocupados: por exemplo, um trabalhador em mobilidade intercategorias ocupa dois postos de trabalho, um na categoria de origem e outro na categoria onde se encontra em mobilidade pelo período em que estiver nessa condição; também um trabalhador que se encontre em licença sem remuneração inferior a um ano, apesar de não se encontrar ao serviço no Município, mantém o seu posto de trabalho ocupado pelo período da licença, o qual apenas se liberta no caso de a licença exceder o período de um ano. A alteração agora proposta visa ajustar o Mapa de Pessoal do Município de Macedo de Cavaleiros, designadamente, à ocorrência de reformas, de pedidos de licenças sem remuneração, à cessação de uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado por mútuo acordo, no âmbito do Programa de Rescisões por Mútuo Acordo na Administração Local, à alteração da área de formação em postos de trabalho a prover, permitindo uma gestão mais ajustada às necessidades do Município”.*-----

-----**DELIBERAÇÃO:** Após análise deste assunto, a Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou aprovar a alteração do Mapa de Pessoal do Município para o ano de 2015, que aqui se dá como integralmente transcrito, ficando cópia do mesmo, devidamente rubricada pelos membros do Executivo, arquivada na pasta correspondente a esta reunião.-----

-----Mais foi deliberado remetê-lo à Assembleia Municipal para aprovação nos termos da alínea a) do n.º 2 do art.º 3.º do Decreto-Lei 209/2009, de 3 de Setembro, na redação que lhe conferiu a Lei n.º 80/2013, de 28 de Novembro.”-----

-----**Abertas as inscrições, ninguém pretendeu usar da palavra.**-----

-----**DELIBERAÇÃO:** Devidamente apreciado o assunto a Assembleia Municipal por maioria com 60 votos a favor e 1 abstenção, deliberou aprovar a alteração ao mapa de

peçoal do Município para o ano de 2015, nos termos da alínea a), n.º 2 do art.º 3.º do Decreto-Lei 209/2009, de 3 de Setembro, na redação que lhe conferiu a Lei n.º 80/2013, de 28 de Novembro.-----

-----PONTO 2.6 – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2014, NOS TERMOS DA ALÍNEA I), N.º 2 DO ARTIGO 25.º EM CONJUGAÇÃO COM A ALÍNEA J), N.º 1 DO ARTIGO 35.º, AMBOS DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO-----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de 2015.04.20, que se transcreve: “DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2014-----

-----Presente para apreciação e aprovação o Documento de Prestação de Contas do ano de 2014.-----

-----Relativamente a este documento o **Sr. Presidente da Câmara** referiu que: “*O Relatório de Gestão do Município de Macedo de Cavaleiros é um documento sucinto, descritivo e eminentemente técnico, integrando toda a documentação da prestação de contas referente ao ano de 2014. Desta forma cumpre-se o preceituado legalmente para que possa ser exercido o julgamento da atividade municipal pela Assembleia Municipal, pelos eleitores, pelas entidades fiscalizadoras e pelas demais entidades que se relacionam com a Câmara Municipal. Ao contrário do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, que têm um cariz marcadamente político e de opções políticas de gestão, a prestação de contas é um exercício de sistematização da informação da atividade do município na vertente financeira. De forma resumida, sublinharei os aspetos essenciais a reter nesta análise. Desde logo, um novo aumento das taxas de execução no exercício de 2014, em comparação com o ano anterior, em cerca de 6 pontos percentuais. A taxa de execução das receitas passou de 85,6% em 2013 para 91,8% em 2014; a taxa de execução das despesas passou de 85,5% para 91,82%. O que é indiciador da progressiva e salutar convergência entre o orçamentado e o executado. Uma outra componente a relevar reside no equilíbrio orçamental que é atingido no ano económico de 2014. O POCAL estabelece que o orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas, impondo que as receitas correntes sejam pelo menos, iguais às despesas correntes. Pretende-se assim incentivar a poupança corrente com vista à sua aplicação na despesa de investimento, geradora de retornos futuros. Esta opção é tão mais importante quanto decorre no contexto de intermediação de quadros comunitários de apoio, com a concomitante redução acentuada das receitas de capital. Importa sublinhar a evolução positiva verificada no que se refere à diminuição da dívida transitada, que em 2014 registou uma diminuição de cerca 940.520€ (novecentos e quarenta mil euros) face a 2013, implicando também, em face da redução de cerca 15,24% da dívida de médio e longo prazo, uma saudável diminuição do serviço da dívida. As taxas de execução orçamental referidas, aliadas à diminuição da dívida, permitem a criação de condições, para financiar a componente própria dos investimentos a realizar com o apoio do novo quadro comunitário. Contra medidas desfavoráveis, incluindo algumas limitações à autonomia do poder local, soubemos viabilizar os exercícios económicos e optar bem. Preterimos o supérfluo e escolhemos o que*



verdadeiramente constrói sustentadamente um Município. Queremos que se torne um hábito ao longo dos próximos anos o nível alto das execuções orçamentais, o equilíbrio financeiro, as obras no terreno, a expressão cultural, desportiva, turística, social e educacional, num pular progressivo constante. Macedo Mexe, rumo à sustentabilidade económica, social e ambiental”.-

-----**O Sr. Vereador Fernando Rui Castanheira Pinto** referiu que pretendia proferir alguns comentários relativamente ao Documento de Prestação de Contas.-----

-----Referiu que na folha 9 do documento, na parte que diz respeito às receitas de capital, efetivamente tem uma execução muito baixa. Apesar de, infelizmente, os valores não serem muito elevados e de neste momento as receitas de capital todos saberem que são, o que são, o que é certo é que a sua execução é de cerca de 50% daquilo que era previsto; mas também aqui se diz que do QREN ainda faltam 500 mil euros mas mesmo com estes 500 mil euros, estariam a falar numa execução de um milhão e oitocentos pelo que para dois milhões e quatrocentos e setenta euros ainda é um grande desvio. Pergunta, por isso, se há aqui alguma razão especial ou o que é que aqui não foi conseguido para haver esta diferença, pois feitas as contas ficaram com cerca de 600 mil euros abaixo daquilo que era previsto, perguntando também se isto é resultado de algum projeto que era para ser financiado e não o foi.-----

-----**O Chefe da Divisão Financeira** informou que existe além da parte dos 500 mil euros, os 5% finais do cofinanciamento e mais alguns projetos que estavam previstos terem cofinanciamento e não tiveram e há também a parte da venda de bens de investimento que tiveram uma execução apenas de 13%.-----

-----**O Sr. Vereador Fernando Rui Castanheira Pinto** referiu que, para conforto de todo o Executivo, ainda bem que há auditoria e certificação das contas pois assim as coisas começam a ter outro rumo. Referiu que no ano passado havia questões e erros grosseiros na certificação, precisamente por falta de reconciliações de contas, nomeadamente bancárias e isso felizmente está ultrapassado. No entanto, há uma questão que é recorrente e importante, por isso gostaria de perceber por que motivo a Câmara ainda não tratou; que se prende com o cadastro, ou seja, por que motivo é que a Câmara ainda não tem um cadastro efetivo, real e em que é que se suportam para o nível de amortizações que a Câmara está a fazer? No Relatório de Contas há um montante de amortização, de um milhão, cento e setenta mil euros, que está suportado, no valor do imobilizado. Ora a Câmara, ao não ter o cadastro do imobilizado que permita efetuar uma verificação consistente disto, para quando está previsto este cadastro e o nível de amortizações perfeitamente rigoroso? -----

-----**O Sr. Presidente da Câmara Municipal** respondeu que quando a Câmara implementou o POCAL, e a nível da Terra Quente, optaram por fazer o levantamento do cadastro e todo esse cadastro que é complemento de estradas, o arbóreo, os bancos, optaram que fosse considerado como valor zero. Estas amortizações fazem parte daquilo que é o cadastro da Câmara dos bens imóveis que tem e das obras que estão a realizar agora, que possuem valores. Tudo o que vem detrás a Câmara ainda não fez esse levantamento.-----

-----**O Sr. Vereador Rui Jorge da Silva Costa** informou que foi feito um importante trabalho

no ano passado, passando a ser considerados alguns elementos que estavam qualificados como imobilizado em curso em Imobilizado fixo. Esse aumento das amortizações deve-se em muito a essa requalificação em termos contabilísticos, já existe e agora fazem parte do imobilizado.-----

-----**O Sr. Vereador Fernando Rui Castanheira Pinto** respondeu que um dos suportes e das justificações para a entrada do Sr. Vereador para o Executivo era essa, pelo menos foi isso que lhes foi dado a entender mas, o que é certo é que têm uma reserva na Certificação das Contas da mesma ordem de grandeza e pensa que não será de todo do agrado do próprio Executivo que no próximo ano ela seja colocada da mesma forma. Na folha 30 do documento e no que diz respeito a dívidas a terceiros referiu que ainda consta uma dívida de 20 mil 781 euros ao IFADAP, mas esta Instituição já nem existe.-----

-----**O Chefe da Divisão Financeira** respondeu que há no documento uma ou outra situação em que, apesar de ter feito o estudo das contas desde 2013, como é o caso desta, para “limpar” com inspeções que serão necessárias fazer.-----

-----**O Sr. Vereador Fernando Rui Castanheira Pinto** perguntou o que pretendem fazer com as cauções, que são quase 400 mil euros, das quais muitas delas são de empresas que já faliram, já com sentença e dissolvidas e ainda aparecem nas contas da Câmara.-----

-----**O Chefe da Divisão Financeira** disse que essas situações têm de ser comunicadas à Câmara pelos Administradores da insolvência.-----

-----**O Sr. Vereador Fernando Rui Castanheira Pinto** disse que há no documento muita coisa que é importante limpar, porque, para todos os efeitos, tem reflexo nas contas, mesmo não sendo um ativo líquido.-----

-----**O Sr. Vereador Rui Jorge da Silva Costa** referiu que para que se faça o movimento, é preciso que exista a evidência que já referiu, e o documento ou comunicação do Tribunal ou do Administrador da insolvência, o que com certeza não foi ainda recebido.-----

-----Na sequência daquilo que já se falou **o Sr. Vereador Fernando Rui Castanheira Pinto** perguntou onde está vertida no Documento a dívida dos munícipes relativamente à água, saneamento e resíduos sólidos.-----

-----**O Chefe da Divisão Financeira** informou que poderia ser vista na parte do balanço e os valores são: de saneamento 116.000,00€, de água 154.000,00€ e resíduos de 123.000,00€.-

-----**O Sr. Vereador Fernando Rui** perguntou se a soma destes valores é a dívida que se considera que ainda não é de cobrança duvidosa, ao que o Sr. Chefe da Divisão Financeira respondeu que parte destes montantes já estão provisionados, então, o Sr. Vereador perguntou destes montantes quais é que estão em conta corrente e o que é que está em cobrança duvidosa.-----

-----**O Chefe da Divisão Financeira** informou que se encontra no documento na parte do balanço.-----

-----Para terminar **o Sr. Vereador Fernando Rui Castanheira Pinto** referiu que embora o Sr. Presidente mais do que uma vez, mesmo na altura do Plano e Orçamento, tenha dito que o endividamento da câmara estava dentro dos limites daquilo que a lei prevê, no entanto,



encontramos aqui um desvio no endividamento, por força de agregar as empresas intermunicipais (a resíduos), de 1.106.000,00€, superior ao legalmente permitido. Perante isto, considerando que isto é uma ilegalidade que poderá vir a ter repercursões para a Câmara, frisando que espera que isso não aconteça, porque ao Tribunal de Contas compete esta fiscalização, e à Câmara apenas lhe compete fazer a correção no próximo exercício. Perguntou se existia este conhecimento antes da auditoria e certificação das contas? -----

-----Informou ainda que o sentido de voto do Partido Socialista é a abstenção e que vão apresentar uma declaração de voto justificativa. Mais disse que consideram que existe sobre o ponto de vista técnico, em termos das finanças do Município, um maior rigor, nomeadamente com uma questão muito importante, que foi a reconciliação das contas e saldos com outras entidades.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** Após concluída a apreciação e discussão dos Documentos de Prestação de Contas do ano de 2014 elaborados de acordo com o POCAL e a Resolução n.º 4/2001, do Tribunal de Contas, procedeu-se à votação dos mesmos, sendo aprovados por maioria com quatro votos a favor do Sr. Presidente da Câmara, Manuel Duarte Fernandes Moreno, Vice-Presidente da Câmara, Carlos Manuel Pinto Barroso e dos Srs. Vereadores Rui Jorge da Silva Costa e José Luís Gonçalves Tomé Afonso e três abstenções dos Srs. Vereadores, Rui Manuel Rodrigues Vaz, Fernando Rui Castanheira Pinto e Maria Manuela dos Santos e encontrando-se devidamente arquivados, estando disponíveis para consulta, quando para tal for solicitado.-----

-----Mais foi deliberado remeter os Documentos de Prestação de Contas à Assembleia Municipal para efeitos de apreciação e votação nos termos do disposto na alínea I), n.º 2 do art.º 25.º, conjugado com a alínea j), n.º 1 do art.º 35.º, ambos do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.-----

-----**Os Srs. Vereadores Rui Manuel Rodrigues Vaz, Fernando Rui Castanheira Pinto e Maria Manuela dos Santos**, fizeram a **declaração de voto** que a seguir se transcreve: *“Com base na análise possível ao documento de prestação de contas relativas ao exercício de 2014, bem como ao documento relativo à certificação legal de contas apraz-nos registar alguns aspetos, desde logo: 1) Como aspetos positivos: Como já vem sendo habitual, apresenta-se como um documento bem estruturado; Sendo o segundo ano em que as contas são auditadas e certificadas por revisor oficial de contas, parte das dúvidas levantadas em sede de revisão no ano anterior, são neste exercício já parcialmente relevadas, o que se regista; A redução da dívida, que embora ténue e apesar de a mesma ser da responsabilidade de executivos dos quais faziam parte o atual presidente da câmara e vice-presidente, é mais uma vez notada, é de registar, mesmo que para esta acontecer, saibamos que tem sido à custa do não investimento. 2) Como aspetos negativos: Mais uma vez o executivo não respeitou a lei, ultrapassando o limite de endividamento em 1.106.992 €, arriscando-se a penalizações por parte do Tribunal de Contas. Uma mediana execução financeira global do Plano de Atividades Municipal a rondar os cerca de 67%. Não se compreende que o Município continue sem ter um cadastro do imobilizado real. Apesar de se ter registado redução, pode considerar-se fraca a*

redução da dívida a terceiros, cifrando-se ainda a dívida de curto prazo nuns colossais, “oficiais” 10.500.000,00 € (dez milhões e meio de euros); A dívida às ATMAD no final do ano é um monstro a valer cerca de 9.000.000,00 €!-----

-----Apesar de estarmos perante um documento técnico de execução orçamental e financeira com a sua especificidade, cuja elaboração técnica não pomos em causa, o facto de este enfermar de ilegalidade, ao ultrapassar o limite de endividamento imposto por lei, bem como a falta de um cadastro de imobilizado real, leva-nos a abster-nos na sua votação”.-----

-----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** que sobre o Documento de Prestação de Contas disse o seguinte: “ Para efeitos de apreciação e votação, os Documentos de Prestação de Contas do ano de 2014 estão presentes nesta Assembleia Municipal. Os mesmos foram aprovados em Reunião Ordinária da Câmara Municipal de 20 de abril. Os documentos agora apresentados são um reflexo da atividade do município na vertente financeira. Não entrando numa análise exaustiva de toda a informação contida nos documentos, há, contudo, aspetos essenciais a reter e que devem ser realçados, por serem demonstrativos de que está a ser trilhado o caminho certo. Tal como avançámos há um ano atrás, cá estamos para demonstrar que obtivemos ainda melhores resultados em 2014, comparativamente a 2013. Se no ano transato já éramos detentores de uma execução global de receitas e despesas que nos aproximava da média nacional, o ano de 2014 veio confirmar um novo aumento nas taxas de execução de receitas e despesas, com estas a ultrapassarem a fasquia dos 90 pontos percentuais. Esta é uma clara e inequívoca evolução comparativamente ao ano de 2013, indiciadora da progressiva e salutar convergência entre o orçamentado e o executado. Num contexto intermédio de Quadros Comunitários, com consequências ao nível da redução acentuada de receitas de capital, foi atingido o equilíbrio orçamental, facto que fomentará a poupança corrente, geradora de retornos futuros. Este é o percurso que preconizámos há um ano atrás, este será o que persistiremos em seguir. Sublinha-se, de igual forma, a diminuição da dívida transitada comparativamente ao exercício de 2013, num valor que se aproxima do milhão de euros, o que, em conjugação com a redução de 15,24% da dívida de médio e longo prazo, representa uma saudável diminuição do serviço da dívida. Esta consolidação orçamental, conseguida num contexto desfavorável, permite a criação de condições para financiar a componente própria dos investimentos a realizar com o apoio do novo quadro comunitário, e é a justa recompensa para as opções que tomámos. Preterimos o supérfluo e optámos pelo que verdadeiramente constrói sustentadamente um Município. Uma vez mais, os Documentos de Prestação de Contas provam que Macedo Mexe, rumo à sustentabilidade económica, social e ambiental.”-----

-----Abertas as inscrições, usaram da palavra:-----

-----CARLOS ALBERTO CAMELO (PS) – Disse que da apreciação do Documento de Prestação de Contas que se apresenta bem estruturado, é de salientar a certificação das mesmas por um Revisor Oficial de Contas que se tornou obrigatório desde 2013 e assim estas contas já refletem a resolução de parte dos reparos feitos no ano anterior, embora persistam as



questões relacionadas com o património, concretamente com o cadastro do imobilizado que permite uma verificação física e inequívoca dos bens da sua propriedade. Sugere-se para a próxima Prestação de Contas e tendo em conta a dúvida levantada pelo Sr. Vereador Eng. Fernando Rui Castanheira Pinto relativamente aos valores em dívida por parte dos municípios no que diz respeito ao saneamento, água e resíduos, que seja anexado um balancete analítico dado que o balanço aglutina os valores na conta principal, embora, se consiga a partir do mapa de controlo orçamental da receita apurar a receita por cobrar que para 3 rubricas referidas apresenta um crescimento da dívida de aproximadamente 25% face ao valor do início do ano. Assim, questiona-se o Executivo sobre que medidas está a pensar desenvolver no sentido de controlar ou inverter esta situação tendo em conta as dificuldades das famílias e das Empresas face ao cenário atual e a um possível agravamento no próximo ano. Ainda neste âmbito é de salientar também o desfasamento entre os valores da despesa com a água e saneamento contratado às Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro e os valores da receita liquidada que é cerca do dobro, ou seja, cobra metade daquilo que compra. Gostaríamos de ver esclarecidos quais os motivos para esta situação e se se deve a perdas na rede de abastecimento ou se existem alguns municípios que estão a beneficiar de abastecimento sem cobrança, ou quaisquer outras situações. É que se nada for feito em relação a este assunto, a este ritmo a dívida às Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro que já é exageradamente elevada, cerca de 9 milhões de euros, vai tornar-se insustentável, portanto acha que é um aspeto que devem ter em conta. Na certificação das contas refere-se que o limite de endividamento definido na Lei foi ultrapassado em cerca de 1 milhão de euros. A dificuldade na cobrança de receitas, que já falou anteriormente, terá forçosamente impacto negativo no cumprimento da redução em 10% já no próximo ano do excesso de endividamento, conforme determina a Lei que estabelece o regime financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais. Além disso ainda poderão advir outras consequências, nomeadamente nas intenções de Candidaturas para a realização de investimento e no que respeita ao financiamento da componente própria. Conforme foi referido pelos Srs. Vereadores do PS, trata-se de um documento técnico revestido de alguma especificidade cuja elaboração não põem em causa, contudo, não podem deixar de alertar para as questões levantadas pelo Revisor Oficial de Contas e já referidas anteriormente.....

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** que informou que a Câmara Municipal está a trabalhar para mitigar estas perdas que têm no sistema de águas. Já disse também que estão a perder 60% da água que entra no sistema, o que significa que estão a tentar reparar algumas das fugas existentes. Também estão agora a entrar algumas receitas por força das intervenções que foram fazendo das requalificações urbanas onde detetaram algumas situações irregulares que passaram agora a ser regulares. O facto de a Câmara ultrapassar os limites de endividamento terão que durante o ano depositar 10% deste limite à ordem da DGAL mas isto decorre de uma situação que é a percentagem da Câmara na Associação de Municípios ser de 26% o que significa que são 958 mil euros e o limite estaria aqui ela por ela se não fosse esta situação. Mas, a

realidade é que a Câmara ultrapassou os limites de endividamento que é o somatório dos 3 últimos anos da dívida e ultrapassaram em uma vez e meia.-----

-----**DELIBERAÇÃO: Apreciado o assunto a Assembleia Municipal por maioria com 44 votos a favor, 1 voto contra e 16 abstenções, deliberou aprovar os Documentos de Prestação de Contas do ano de 2014, que aqui se dão como integralmente transcritos, ficando cópias dos mesmos, devidamente arquivados na pasta correspondente a esta reunião.**-----

-----**Fizeram Declaração de Voto:**-----

-----**ADALBERTO DO NASCIMENTO FERNANDES (CDU)** – “Sobre os aspetos técnicos não nos pronunciamos, pois partimos do princípio que estão de acordo com o POCAL, mas a CDU vota contra o Relatório e Contas de 2014, pois, em qualquer entidade, as contas devem dar uma imagem real do património, das contas e da situação financeira, portanto, não podemos validar uma contas em que o Relatório do Revisor Oficial de Contas coloca reservas ao nível da incapacidade de emitir opinião sobre a integralidade do valor das rubricas e que enfatiza o não cumprimento da Lei 73/2013, de 3 de Setembro.”-----

-----**APROVAÇÕES EM MINUTA.**-----

-----Foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta os pontos 2.3, 2.4, 2.5 e 2.6 e a moção.-----

-----**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Conforme estipula o n.º 1 do artigo 49º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, o Exmo. **Sr. Presidente da Assembleia**, perguntou se havia alguém no público que quisesse neste momento intervir.-----

-----Não houve quem pretendesse usar da palavra.-----

-----**Eram vinte e uma horas e trinta minutos e não havendo mais nada a tratar, foi pelo Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarada encerrada a reunião, e do que nela se passou, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos Ex. mos. Presidente, 1º e 2º Secretários.**-----

